



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – FCI

Rafael Barcelos Santos

**COMPETÊNCIA INFORMACIONAL:
histórico e perspectivas para a sociedade da informação**

Brasília
2011

Rafael Barcelos Santos

**COMPETÊNCIA INFORMACIONAL:
histórico e perspectivas para a sociedade da informação**

Monografia apresentada ao curso de Biblioteconomia da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Fernanda Passini Moreno

Brasília
2011

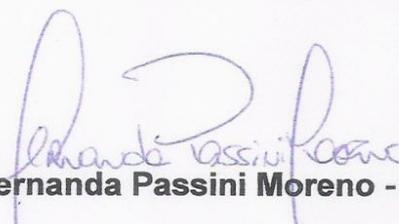


Título: Competência informacional: histórico e perspectivas para a sociedade da informação.

Aluno: Rafael Barcelos Santos.

Monografia apresentada à Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Brasília, 12 de dezembro de 2011.


Fernanda Passini Moreno - Orientadora

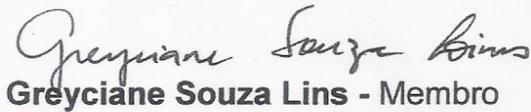
Professora da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)

Doutora em Ciência da Informação


Sofia Galvão Baptista - Membro

Professora da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)

Doutora em Ciência da Informação


Greyciane Souza Lins - Membro

Professora da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)

Mestre em Ciência da Informação

Aos meus pais,
Cristina e Antônio.

Agradecimentos

À presença de **Deus**, “por tudo o que tens feito, por tudo o que vais fazer, por tuas promessas e tudo o que és. Eu quero te agradecer com todo o meu ser”. (Ministério de Louvor Diante do Trono).

Aos meus queridos pais, **Cristina e Antônio**, pelo amor, carinho e dedicação em todos os momentos da minha vida.

Ao meu irmão, **Everson Barcelos**, por toda a amizade e companhia.

Ao meu primo, **Jefferson Araujo**, pelos momentos de descontração na Universidade de Brasília.

À minha orientadora, professora **Fernanda Moreno**, pelo apoio incondicional e por ter conduzido a pesquisa com dedicação, paciência, simplicidade e esmero.

À **Universidade de Brasília**, que me proporcionou uma formação universitária de qualidade, comprometida com o exercício pleno da cidadania.

À professora **Greyciane Souza Lins**, participante ativa do início desta pesquisa; agradeço o incentivo e as demonstrações do tema na prática.

À professora **Suzana Mueller**, pelas ótimas aulas de Organização do Trabalho Intelectual.

À bibliotecária **Thalita Franco dos Santos**, que gentilmente respondeu todas as minhas dúvidas, além de fornecer o seu guia brasileiro de fontes de informação em competência informacional.

Ao bibliotecário **Rafael Bertoglio Escher**, exemplo de profissional; agradeço pelos ensinamentos e pela convivência na Biblioteca Central da Universidade de Brasília.

À bibliotecária **Thereza de Holanda**, profissional dedicada, atenciosa e atuante; agradeço as grandes lições em tão pouco tempo na Biblioteca Darcy e Berta Ribeiro.

Aos demais professores da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, que deixaram muito de si em meu caminho.

Aos meus **colegas de curso**, pelo compartilhamento do aprendizado.

Ao **Centro de Ensino Sete Estrelas**, pelos treze anos de uma educação baseada nos princípios de liberdade e solidariedade humana.

À **Thayssa**, pelo amor, carinho e companhia na Universidade de Brasília.

A todos aqueles, que acreditam no valor da competência informacional diante da sociedade da informação e do conhecimento.

“Quem pensa por si mesmo é livre;
e ser livre é coisa muito séria.
Não se pode fechar os olhos,
não se pode olhar pra trás,
sem se aprender alguma coisa pro futuro”.

(Renato Russo)

RESUMO

O presente estudo investiga a origem e as transformações do conceito de competência informacional, a fim de identificar as principais perspectivas do tema para a sociedade da informação. Através da revisão de literatura, apresenta o histórico do movimento no cenário internacional e discute as pesquisas realizadas no Brasil. Em seguida, a revisão relaciona o conceito de competência informacional com os diferentes setores da sociedade, além de verificar o papel do bibliotecário em um cenário de constantes mudanças. Para demonstrar os reflexos da temática na atualidade, analisa os seguintes modelos de competência informacional: *The Big6™*, *The Seven Pillars* e o modelo de Kuhlthau sobre o processo de busca da informação. Considera que os modelos de competência informacional devem estar de acordo com os objetivos estabelecidos pelas instituições, mencionando a presença de outros na literatura especializada. Como resultado da pesquisa qualitativa descritiva, observa que as três concepções de competência informacional apresentadas por Dudziak: informacional, cognitiva e da inteligência, estão presentes nos estudos atuais. Ressalta que as diferentes abordagens sobre o tema são incipientes, e conseqüentemente, estarão presentes nas pesquisas futuras. Conclui que a competência informacional é essencial para os cidadãos que buscam uma melhor qualidade de vida e para as sociedades que visam o desenvolvimento pautado nos aspectos éticos, morais e da racionalidade.

PALAVRAS-CHAVE: Competência informacional. Sociedade da informação. Modelos de competência informacional.

ABSTRACT

The present study investigates the origins and transformations of the concept of information literacy in order to identify the main perspectives on the topic for the information society. Through the literature review, presents the history of motion on the international scene and discusses the research conducted in Brazil. Then the review relates the concept of information literacy with the different sectors of society, and to identify the role of the librarian in a constant evolving scenario. To demonstrate the consequences of the issue today, we analyze the following types of information literacy: The Big6™, The Seven Pillars model and Kuhlthau, that is about the information search process. Considering that the models of information literacy should be in accordance with the objectives established by the institutions, indicating the presence of others in the literature. As a result of descriptive qualitative research, we note the three conceptions of information literacy presented by Dudziak: informational, cognitive and intelligence, and these are presented in this current study. We emphasize that the different approaches to the topic are very weak, and therefore will be included in future research. Concluding that information literacy is essential for citizens seeking a better quality of life, and for companies seeking a guided development in ethical, moral and rationality.

KEYWORDS: Information literacy. Information society. Information literacy models.

Sumário

CAPÍTULO 1	10
Introdução	10
1.1 Contextualização	11
1.2 Definição do problema	13
1.3 Questão de pesquisa	13
1.4 Objetivos.....	13
1.4.1 <i>Objetivo geral</i>	13
1.4.2 <i>Objetivos específicos</i>	14
1.5 Justificativa.....	14
CAPÍTULO 2	15
Revisão de literatura	15
2.1 Competência Informacional: histórico e noções	15
2.1.1 <i>Competência Informacional no Brasil</i>	22
2.2 A sociedade da informação.....	37
2.2.1 <i>O setor educacional</i>	39
2.2.2 <i>O mercado de trabalho</i>	40
2.2.3 <i>O Governo</i>	42
2.2.4 <i>O setor econômico</i>	44
2.2.5 <i>O setor da saúde</i>	45
2.3 O papel do bibliotecário no contexto da competência informacional	46
CAPÍTULO 3	48
Procedimentos metodológicos	48
3.1 Tipo de pesquisa	48
3.2 Caracterização da pesquisa.....	48
CAPÍTULO 4	50
Análise dos modelos de competência informacional	50
4.1 The Big6™	50
4.2 The Seven Pillars	54
4.3 O modelo de Kuhlthau.....	58
CAPÍTULO 5	62
Considerações finais e perspectivas para a sociedade da informação	62
REFERÊNCIAS	65

CAPÍTULO 1

Introdução

Esta pesquisa visou analisar a origem e as transformações do conceito de competência informacional, a fim de sistematizar as principais tendências do tema para a sociedade da informação.

Nesse sentido, destaca-se o papel da informação na vida social dos indivíduos. Os grandes acontecimentos na trajetória humana envolveram o uso das informações disponíveis. Sendo assim, a utilização adequada desse recurso pode propiciar o desenvolvimento dos diferentes setores da sociedade, como: político, educacional, econômico, etc. Entretanto, as guerras, a fome, as desigualdades, dentre outros problemas sociais, são consequências da sua utilização inadequada.

A competência informacional é imprescindível na sociedade da informação, pois permite que os indivíduos transformem a informação de qualidade recebida em conhecimento útil para si e para a comunidade em que estabelecem as suas relações sociais. Nesse prisma, é preciso abandonar a ideia de que “estar informado” garante o exercício pleno da cidadania. O foco da competência informacional está no aprendizado independente e constante dos cidadãos, como forma de possibilitar a participação ativa nos ambientes tradicionais ou aqueles mediados pelas tecnologias da informação e comunicação (TCIs).

No contexto da sociedade da informação, a *internet* facilitou a criação e a disseminação da informação pelos usuários da rede, mas, por outro lado, proporcionou o surgimento de verdadeiros lixos informacionais. O usuário competente em informação possui as habilidades de utilizar os recursos tecnológicos, além da capacidade de verificar o grau de confiabilidade das informações disponibilizadas nos meios de comunicação.

Dessa forma, a valorização exacerbada da informação pode gerar conflitos conceituais que dificultam a inserção plena do indivíduo na sociedade atual.

O presente trabalho está estruturado da seguinte maneira: no primeiro capítulo, introdutório ao tema, a **Seção 1.1** contextualiza, de forma resumida, as principais concepções de competência informacional; as demais seções deste capítulo expressam a definição do problema (**Seção 1.2**), a questão de pesquisa (**Seção 1.3**), os objetivos: geral e específicos (**Seção 1.4 e subseções 1.4.1 e 1.4.2**) e a justificativa (**Seção 1.5**).

No segundo capítulo – Revisão de literatura, a **Seção 2.1** aborda o histórico e as noções de competência informacional no cenário internacional, e posteriormente, a **subseção**

2.1.1 é destinada a análise histórica dos estudos desenvolvidos no contexto brasileiro. A **Seção 2.2** e as suas subseções buscam relacionar o conceito de competência informacional com os seguintes setores da sociedade da informação: educacional, econômico, o mercado de trabalho, o governo e a saúde. Na **Seção 2.3**, é verificado o papel do bibliotecário diante do movimento da competência informacional.

No terceiro capítulo – Procedimentos metodológicos, a **Seção 3.1** define o tipo da pesquisa. Em seguida, a **Seção 3.2** caracteriza a pesquisa, segundo as suas dimensões.

No quarto capítulo – Análise dos modelos de competência informacional, os modelos *The Big6™*, *The Seven Pillars* e o de Kuhlthau (**Seções 4.1, 4.2 e 4.3**) são descritos e analisados.

No quinto capítulo, são apresentadas as considerações finais e as perspectivas do tema para a sociedade da informação.

1.1 Contextualização

Esta seção pretende demonstrar, de forma resumida, as principais concepções de competência informacional apresentadas no decorrer da sociedade da informação, visto que a análise histórica é feita na **Seção 2.1** e **subseção 2.1.1**.

A origem da competência informacional está na sociedade da informação, caracterizada pelo crescimento exponencial da informação e pelo avanço das tecnologias da informação e comunicação. Nesse sentido, o usuário necessitou desenvolver uma série de habilidades que permitissem o acesso físico e intelectual aos recursos informacionais disponíveis.

Na década de 1970, o bibliotecário norte-americano Paul Zurkowski introduziu o conceito de competência informacional (*information literacy*). Ele demonstrou que os indivíduos deveriam aplicar os recursos informacionais disponíveis no ambiente de trabalho, a fim de possibilitar a resolução dos problemas. Sendo assim, percebeu que a ausência das habilidades ligadas à informação dificultaria a inserção plena do cidadão em uma sociedade de mudanças.

Ainda na década de 1970, pode-se afirmar que as recomendações de Zurkowski surtiram efeito, visto que o conceito de competência informacional passou a envolver os fatores de emancipação política. O período foi marcado pela valorização da informação.

Na década de 1980, as tecnologias da informação e comunicação transformaram as relações sociais existentes. O cidadão competente em informação deveria possuir as habilidades necessárias para utilizar os recursos tecnológicos e recuperar a informação.

Além da influência dos recursos tecnológicos, a década de 1980 foi marcada pela presença do conceito de competência informacional nos ambientes educacionais. Nesse sentido, a aprendizagem baseada em recursos e na resolução dos problemas obteve destaque no ensino.

É mister observar que os bibliotecários buscaram demonstrar a importância das bibliotecas e do trabalho conjunto com os profissionais da educação no processo de aprendizagem.

Na década de 1990, a noção de competência informacional adquiriu proporções mundiais. Diversos países reconheceram que o desenvolvimento da sociedade está diretamente relacionado com a capacidade dos cidadãos em lidar com o ciclo informacional.

Sendo assim, outros elementos foram incorporados dentro do conceito de competência informacional, como o aprendizado ao longo da vida e o uso ético da informação. Ressalta-se que o conceito não possui uma definição precisa, devido a sua complexidade e dinamicidade.

No que se refere à tradução da expressão '*information literacy*', verificou-se a presença das seguintes variações terminológicas na literatura brasileira: competência informacional, alfabetização informacional, educação para a informação, fluência informacional, letramento informacional e literacia informacional. Acredita-se que a expressão 'competência informacional' carrega uma semântica mais abrangente, justificando o seu uso.

No Brasil, a origem da competência informacional está relacionada com as matérias que versavam sobre o estudo de usuários. Nesse prisma, os pesquisadores da área investigaram as possibilidades de desenvolver as habilidades ligadas à informação nas bibliotecas.

Em relação ao estudo evolutivo do conceito, Dudziak (2003, p. 30) destacou três concepções de competência informacional: a concepção da informação (com ênfase na tecnologia da informação); a concepção cognitiva (ênfase nos processos cognitivos) e a concepção da inteligência (ênfase no aprendizado). Na análise histórica do tema no Brasil (**subseção 2.1.1**), é possível verificar as particularidades de cada concepção.

1.2 Definição do problema

A complexidade do movimento da *information literacy* gera dificuldades para o seu pleno entendimento. No contexto da literatura especializada brasileira, as variações terminológicas comprometem o acompanhamento das transformações do conceito.

Conforme demonstrado anteriormente, o conceito de competência informacional (*information literacy*) incorporou uma série de conhecimentos, habilidades e atitudes no decorrer da sociedade da informação. Em primeira instância, a competência informacional estava ligada às habilidades para lidar com o excesso das informações produzidas e, posteriormente, envolveu aspectos mais abrangentes, como a noção de responsabilidade social. Nesse sentido, parte-se do pressuposto de que a filosofia do movimento é proporcionar o desenvolvimento individual e social, a partir do uso adequado das informações disponíveis.

Ancorando-se nas três concepções de competência informacional apresentadas por Dudziak (2003, p. 30): informacional, cognitiva e da inteligência, a pergunta que permeou o projeto desta pesquisa foi: quais das concepções de competência informacional são abordadas na literatura atualmente?

Desse modo, a pergunta direcionou a escolha do objeto de investigação: analisar os documentos publicados sobre a temática da competência informacional, incluindo os modelos que possuem expressividade na literatura.

1.3 Questão de pesquisa

De que maneira o conceito de competência informacional é retratado na atualidade?

1.4 Objetivos

1.4.1 *Objetivo geral*

Analisar a literatura recente sobre a temática da competência informacional, a fim de sistematizar as principais tendências do conceito na sociedade da informação.

1.4.2 *Objetivos específicos*

- Investigar a origem, o desenvolvimento e as relações do conceito de competência informacional com a sociedade da informação;
- verificar o papel dos bibliotecários diante do contexto da competência informacional, mediante a revisão de literatura;
- identificar e discutir os modelos de competência informacional.

1.5 Justificativa

O movimento da competência informacional está em sintonia com as novas exigências da sociedade da informação e do conhecimento. O seu foco está no uso adequado das informações assimiladas pelo sujeito.

No âmbito das unidades informacionais, os profissionais da informação não devem se preocupar com a quantidade das informações disponibilizadas, mas, sim, com a sua qualidade. Nesse prisma, é oportuno investigar o papel do bibliotecário no contexto da competência informacional, mediante a revisão de literatura. Ressalta-se que, atualmente, o principal desafio de qualquer profissional é atender às exigências de um público mais informado.

Além de analisar as questões referentes ao perfil do profissional bibliotecário, a revisão de literatura permite identificar as diferentes abordagens do assunto. Sendo assim, esta pesquisa reúne e discute os documentos publicados sobre a temática da competência informacional no Brasil, a fim de preencher parte da lacuna existente no acompanhamento das transformações do conceito. Em seguida, é possível relacionar a competência informacional com os setores da sociedade da informação, visando o fortalecimento desse vínculo e a identificação das possíveis tendências do tema para o cenário contemporâneo.

A partir da construção do referencial teórico, são analisados os modelos de competência informacional, *The Big6*, *The Seven Pillars* e o de Kuhlthau, como forma de demonstrar a aplicação desse movimento na prática.

Nesse prisma, pretende-se demonstrar a importância do conceito de competência informacional na atualidade, além de contribuir com os estudos desenvolvidos na área.

CAPÍTULO 2

Revisão de literatura

2.1 Competência Informacional: histórico e noções

Nesta seção, serão apresentadas e contextualizadas as concepções de competência informacional.

Segundo Vicentino e Dorigo (2010, p. 10), a abordagem histórica não está restrita aos fatos importantes, personagens ilustres ou datas marcantes, mas envolve uma leitura do passado com base nos desafios postos pelo presente. Sendo assim, para compreender a competência informacional no atual contexto da sociedade da informação, é imprescindível conhecer os principais acontecimentos históricos e os autores diretamente envolvidos com o movimento denominado *information literacy*.

No livro *Information Literacy: Essential Skills for the Information Age*, os autores Spitzer, Eisenberg e Lowe (1998, p. 22, tradução nossa, grifo nosso) observaram que:

Em 1974, Paul Zurkowski, presidente da *Information Industry Association*, introduziu o conceito de “competência informacional” em uma proposta apresentada a *National Commission on Libraries and Information Science (NCLIS)*. A proposta recomendava a criação de um programa nacional para que a competência informacional estivesse ao alcance de todos na próxima década.

Conforme Dudziak (2003, p. 24), Zurkowski foi um visionário, pois ele previa um cenário de mudanças e recomendou que se iniciasse um movimento nacional voltado para a competência informacional. De acordo com o seu relatório, *The information service environment relationships and priorities*, Zurkowski (1974 apud SPITZER; EISENBERG; LOWE, 1998, p. 22, tradução nossa) afirmou que:

Pessoas capacitadas em aplicar os recursos informacionais no seu trabalho, podem ser chamadas de competentes em informação. Elas aprenderam técnicas e habilidades para utilizar a vasta gama de ferramentas informacionais, além de identificar as fontes primárias de informação para solucionar os seus problemas.

Percebe-se que a primeira noção de competência informacional estabelecida por Zurkowski, no centro do segmento industrial, “se refere a técnicas para lidar com as ferramentas de informação no processo de acesso, busca, processamento e recuperação da informação que leve à produção de novos conhecimentos.” (ROCHA, 2008, p. 19).

Em 1976, Lee Burchinal apresentou o seu trabalho na universidade norte-americana, *Texas A & M* e sugeriu que “para ser competente em informação é necessário ter um novo conjunto de habilidades. Estas incluem como localizar e usar a informação necessária, de

maneira eficiente e eficaz, para resolver problemas e tomar decisões.” (BURCHINAL, 1976 apud SPITZER; EISENBERG; LOWE, 1998, p. 22, tradução nossa).

Segundo Dudziak (2003, p. 24), a descrição de competência informacional apareceu mais abrangente, pois “não se tratava apenas de buscar a informação, tratava-se de fazer uso dela para tomar decisões e resolver problemas.”

No mesmo ano, Owens (1976 apud SPITZER; EISENBERG; LOWE, 1998, p. 22, tradução nossa) relacionou a competência informacional com a democracia, quando afirmou que:

Além de possibilitar uma maior eficácia e eficiência no trabalho, a competência informacional é necessária para garantir a sobrevivência das instituições democráticas. Todos os homens são iguais, mas os eleitores competentes em informação se encontram em uma posição de tomar decisões mais inteligentes do que os cidadãos não competentes em informação.

Para Dudziak (2003, p. 24), a percepção do conceito de competência informacional se elevou a um novo patamar, pois envolvia o exercício da cidadania.

Behrens (1994, p. 310) acrescentou que, em 1976, surgiu outro significado para a competência informacional que não estava ligado ao campo da Biblioteconomia. A autora observou que Cees Hamelink, consultor em comunicação de massa nos Estados da América, utilizou a expressão “competência informacional” para se referir à liberdade dos indivíduos diante do efeito manipulador da mídia. O ponto principal era “dar a oportunidade para as pessoas tomarem suas próprias decisões, dentro de seus próprios contextos, diante dos eventos noticiosos”. (BEHRENS, 1994, p. 310, tradução nossa). Como solução, “Hamelink fez sugestões para canais alternativos de notícias ou redes de informação que seriam independentes dos interesses econômicos e políticos.” (BEHRENS, 1994, p. 310, tradução nossa).

De acordo com a perspectiva histórica de Behrens (1994, p. 310), em **1979**, a expressão *information literacy* surgiu na literatura biblioteconômica com o artigo de Taylor. Segundo a autora, Taylor percebeu a ligação existente entre a competência informacional e as atividades desenvolvidas pelos bibliotecários.

A noção de competência informacional desenvolvida por Taylor demonstrou que, “muitos (mas não todos) os problemas poderiam ser resolvidos através do uso de informações, que o conhecimento dos recursos informacionais (pessoas e organizações) é necessário, e que existem estratégias para a aquisição de informações.” (BEHRENS, 1994, p. 311, tradução nossa).

Em consonância com a afirmação, Dudziak (2003, p. 24) acrescentou que a ênfase nas habilidades técnicas tornaria a aparecer na descrição de competência informacional com o trabalho de Taylor.

Spitzer, Eisenberg e Lowe (1998, p. 246) complementaram que, em 1979, a *Information Industry Association (IIA)* apresentou a sua concepção de competência informacional e não incluiu o ambiente de trabalho, o que contrariava a vertente inicial defendida por Zurkowski. Segundo os autores, a *IIA* estabeleceu que uma pessoa competente em informação conhece as técnicas e habilidades para utilizar as ferramentas informacionais na solução dos seus problemas.

A partir dos fatos, Dudziak (2003, p. 24) afirmou que a década de 1970 pode ser caracterizada pelo crescimento das informações disponibilizadas e pela necessidade dos indivíduos de terem um novo conjunto de habilidades para o uso eficiente e eficaz da informação.

Dudziak (2003, p. 25) percebeu que, no início de **1980**, as novas tecnologias de informação começaram a modificar as unidades informacionais, principalmente nos Estados Unidos da América. “Houve um reconhecimento de que os computadores e tecnologias relacionadas foram se tornando, cada vez mais, ferramentas poderosas para a recuperação e manipulação da informação.” (SPITZER; EISENBERG; LOWE, 1998, p. 22, tradução nossa).

Segundo Dudziak (2003, p. 25), a concepção do conceito de competência informacional também começou a mudar, pois incluía a capacidade dos indivíduos em utilizar as tecnologias de informação para o aprendizado contínuo.

Behrens (1994, p. 311) verificou que, em **1982**, a *Information Industry Association* pesquisou sobre a infraestrutura informacional dos Estados Unidos da América. Conforme a autora, o estudo identificou a existência de duas lacunas na noção de competência informacional relacionada com as novas tecnologias de informação. A primeira se refere aos usuários que sabem como e quando usar as tecnologias informacionais, exercendo suas atividades eficientemente. A segunda se refere aos usuários que não sabem utilizar as tecnologias informacionais e, conseqüentemente, possuem acesso limitado ao conhecimento.

Behrens (1994, p. 311) acrescentou que, no mesmo ano, a revista *Time* escolheu o computador como a máquina do ano, destacando o potencial dos computadores e tecnologias relacionadas em uma era da informação.

A década de 1980 também foi marcada pela influência do tema nos ambientes educacionais. Vitorino e Piantola (2009, p. 138) afirmaram que:

Um olhar para fora do contexto brasileiro evidencia que, na década de 80, os estudos tratavam da competência informacional numa fase inicial – a de habilidades informativas e elaboração de normas direcionadas aos setores educacionais, com foco na construção de modelos descritivos dos processos de aprendizagem por meio da busca e do uso da informação.

Nesse sentido, Spitzer, Eisenberg e Lowe (1998, p. 41) destacaram a publicação do documento “*A Nation at Risk*”, de **1983**, pois retratava sobre o declínio educacional dos Estados Unidos da América. Segundo os autores, o documento relatou sobre a importância do gerenciamento das informações digitais na sociedade do conhecimento. Entretanto, o relatório não mencionou o papel das bibliotecas no processo de aprendizagem e dos novos recursos informacionais na educação. Campello (2003, p. 31) observou que:

Demonstrando seu desapontamento com a omissão, os bibliotecários reagiram energicamente, manifestando-se por meio de uma profusão de publicações, em que tentavam explicitar o papel que a biblioteca tinha a desempenhar no esforço de formar a comunidade de aprendizagem proposta em *A Nation at Risk*.

Segundo os autores Spitzer, Eisenberg e Lowe (1998, p. 41), a *National Commission on Libraries and Information Science (NCLIS)* defendeu o movimento de reação, pois os integrantes concordaram que as bibliotecas e os diversos recursos informacionais disponíveis poderiam contribuir para a resolução dos problemas educacionais da nação norte-americana.

Campello (2003, p. 31) ressaltou a publicação do documento “*Libraries and the Learning Society: Papers in Response to A Nation at Risk*”, de **1984**, pois adquiriu grande repercussão durante o movimento de reação. Conforme a autora, o documento relatou sobre o papel fundamental das bibliotecas escolares na formação dos alunos competentes em informação.

Segundo a abordagem histórica de Spitzer, Eisenberg e Lowe (1998, p. 42), em **1987**, Karol C. Kuhlthau apresentou a monografia “*Information Skills for an Information Society: a review of research*”. No trabalho de Kuhlthau, Dudziak (2003, p. 25) ressaltou a integração da competência informacional ao currículo, “o que significa entendê-la não como uma disciplina isolada, autônoma e desprovida de contexto, mas sim em harmonia com o universo do aprendiz.”

Nos acontecimentos de 1987, Behrens (1994, p. 313) mencionou a realização do simpósio nacional sobre o papel das bibliotecas acadêmicas na reforma educacional, organizado conjuntamente pela *Columbia University* e pela *University of Colorado*. Segundo a autora, em uma reportagem sobre o simpósio, Patricia Breivik declarou que os participantes concordaram com a plena integração das bibliotecas acadêmicas ao processo de aprendizagem, a fim de melhorar o ensino de graduação.

Spitzer, Eisenberg e Lowe (1998, p. 42) observaram que, em **1988**, a *American Association of School Librarians (AASL)* publicou o documento “*Information Power: Guidelines for School Library Media Programs.*” Segundo os autores, a missão estabelecida no *Information Power* consistia em garantir que pais, educandos e os profissionais do âmbito educacional se tornassem usuários efetivos de ideias e informações. Diante das novas diretrizes estabelecidas no documento, Campello (2003, p. 30) destacou a função pedagógica do bibliotecário:

Uma das funções do bibliotecário seria a de professor, encarregado de ensinar não apenas as habilidades que vinha tradicionalmente ensinando (localizar e recuperar informação), mas também envolvido no desenvolvimento de habilidades de pensar criticamente, ler, ouvir e ver, enfim ensinando a aprender a aprender. Outra função prevista para o bibliotecário era a de consultor didático, encarregado de integrar o programa da biblioteca ao currículo escolar, colaborando no processo de ensino/aprendizagem e assessorando no planejamento e na implantação de atividades curriculares.

O quadro histórico de Spitzer, Eisenberg e Lowe (1998, p. 253) permitiu identificar a publicação de dois documentos importantes no final da década de 1980. O primeiro documento foi o livro “*Information Literacy: Revolution in the Library*”, de Patrícia Senn Breivik e Gordon Gee (1989). Segundo Behrens (1994, p. 315), os autores acreditavam que uma educação de qualidade é aquela que contribui para o aprendizado ao longo da vida, tornando os estudantes capazes de utilizar a informação em qualquer contexto. Dudziak (2003, p. 26) afirmou que:

Breivik e Gee introduziram o conceito da educação baseada em recursos (*resource – based learning*), que enfatiza os processos de construção de conhecimento a partir da busca e uso da informação, de maneira integrada ao currículo, cuja filosofia via a biblioteca como elemento-chave na educação.

No conceito da educação baseada em recursos, Behrens (1994, p. 315) destacou a importância que os autores atribuíram ao trabalho cooperativo, não somente entre os estudantes nos processos de busca da informação, mas também entre a biblioteca, a sala de aula e a comunidade em geral.

O segundo documento é o da ALA – *American Library Association, Presidential Committee on information literacy: Final Report*. “O relatório alertou sobre a necessidade de promover a competência informacional e destacou que só poderia ser alcançada mediante um novo modelo de educação baseada em recursos.” (BEHRENS, 1994, p. 315, tradução nossa). Como resultado, verificou-se que a descrição de competência informacional da *American Library Association* (1989, p. 1, tradução nossa) é uma das mais utilizadas na literatura atualmente:

Para ser competente em informação, uma pessoa deve ser capaz de reconhecer quando uma informação é necessária e deve ter a habilidade de localizar, avaliar e usar efetivamente a informação [...] Enfim, as pessoas competentes em informação são aquelas que aprenderam a aprender. Elas sabem como aprender, pois sabem como o conhecimento é organizado, como encontrar a informação e como usá-la de modo que outras pessoas aprendam a partir dela.

“A competência informacional é vista então como um atributo para a vida diária e para o mundo dos negócios, estendendo-se mesmo a um patamar mais elevado, qual seja o de contribuir para a garantia da democracia.” (COELHO, 2008, p. 46).

Spitzer, Eisenberg e Lowe (1998, p. 38) acrescentaram que, em 9 de novembro de 1989, foi realizado o primeiro encontro do *National Forum on Information Literacy (NFIL)*. Baseado nas recomendações da ALA, os integrantes do *NFIL* se encontraram regularmente para promoverem o conceito de competência informacional nos diversos setores da sociedade.

Segundo Behrens (1994, p. 317), a noção de competência informacional proposta pela ALA foi amplamente aceito em 1990. A autora observou a importância que o tema adquiriu na Biblioteconomia, pois os bibliotecários poderiam e podem contribuir para o aprendizado ao longo da vida dos usuários. Além de identificar três principais tendências na década de 1990: a educação voltada para a competência informacional; a competência informacional como um processo de aprendizado contínuo e o papel dos bibliotecários nas questões referentes à competência informacional.

Em 1992, Christina S. Doyle (1992 apud SPITZER; EISENBERG; LOWE, 1998, p. 23, tradução nossa) publicou os resultados de sua pesquisa utilizando a técnica de Delphi. Os participantes do estudo concordaram com os seguintes atributos de uma pessoa competente em informação:

- reconhece que a informação precisa e completa é a base para a tomada de decisões inteligentes;
- reconhece a necessidade de informação;
- formula questões baseadas em necessidades de informação;
- identifica as fontes potenciais de informação;
- desenvolve estratégias de busca bem-sucedidas;
- acessa as fontes de informação, incluindo as tecnologias baseadas em computador e outras;
- avalia a informação;
- organiza a informação para aplicação prática;
- integra a nova informação em um corpo de conhecimento existente;
- usa as informações para o pensamento crítico e na resolução de problemas.

Segundo o estudo cronológico de Spitzer, Eisenberg e Lowe (1998, p. 44, tradução nossa), em 1994, a *American Association of School Librarians (AASL)* publicou as etapas que deveriam estar presentes nos currículos voltados para a competência informacional, visando à resolução dos problemas. São elas:

- definir a necessidade de informação;
- iniciar a estratégia de busca;
- localizar os recursos;
- acessar e compreender a informação;
- interpretar a informação;
- comunicar a informação;
- avaliar o produto e o processo.

No entanto, Dudziak (2003, p. 27) verificou que, em **1997**, o modelo relacional desenvolvido por Cristine Bruce introduziu uma nova percepção a respeito da competência informacional. “É muito mais uma questão situacional experimentada pelos sujeitos, resultando disso uma ênfase em determinadas concepções e experiências.” No trabalho de Bruce, Coelho (2008, p. 47) identificou as seguintes concepções de vivenciar o processo de competência informacional:

- A) concepção baseada em tecnologia da informação;
- B) concepção baseada em fontes de informação;
- C) concepção baseada na informação como processo;
- D) concepção baseada no controle da informação;
- E) concepção baseada na construção do conhecimento;
- F) concepção baseada na extensão do conhecimento;
- G) concepção baseada no saber.

Dudziak (2003, p. 27) acrescentou que, em 1997, foi criado o *Institute for information literacy* da ALA-ACRL, “destinado prioritariamente a treinar bibliotecários e dar suporte à implementação de programas educacionais no ensino superior.” Segundo a autora, o instituto capacitava os bibliotecários para promoverem o conceito de competência informacional nas instituições em que atuavam.

Segundo Coelho (2008, p. 48), em **1998**, Patrícia Senn Breivik lançou o livro “*Student Learning in the Information Age*”. O livro abordou sobre as iniciativas desenvolvidas para promover a competência informacional e “serviu de grande incentivo para universidades e bibliotecários que perceberam a possibilidade de empreenderem ações semelhantes às aquelas que estavam tendo resultados positivos.”

De acordo com Dudziak (2003, p. 27), em março de 1998, a *American Library Association (ALA)* lançou o seu relatório de atualização. Segundo a autora, o documento relatou que os sistemas e profissionais ligados à informação deveriam acompanhar os avanços tecnológicos, além de reforçar a importância do trabalho interdisciplinar.

A partir dos acontecimentos da década de 1990, os autores Spitzer, Eisenberg e Lowe (1998, p. 58) perceberam que o conceito de competência informacional adquiriu proporções mundiais, pois os países reconheceram que a educação voltada para a competência informacional poderia garantir o desenvolvimento econômico da nação.

Na próxima subseção, será abordado o entendimento do tema no cenário brasileiro.

2.1.1 Competência Informacional no Brasil

Conforme demonstrado anteriormente, o movimento da competência informacional não se restringiu aos Estados Unidos da América. No Brasil, a percepção do conceito de competência informacional envolveu diferentes aspectos e outras terminologias foram utilizadas para o mesmo fenômeno.

Segundo Dudziak (2003, p. 28), as primeiras pesquisas brasileiras sobre o tema “estão entre aqueles bibliotecários que desenvolveram estudos relativos à educação de usuários.”

Nesse sentido, Campello (2003, p. 28) afirmou que, no ano de **2000**, a expressão “alfabetização informacional” foi utilizada pela primeira vez por Caregnato. Em seu trabalho, Caregnato (2000, p. 48) objetivou “discutir a educação de usuários como forma de desenvolver habilidades informacionais nas bibliotecas universitárias e apontar mudanças que surgem a partir da disponibilização da informação digital em rede”.

No ano de **2001**, Dudziak defendeu a dissertação “*A Information Literacy e o papel educacional das bibliotecas*”. Em sua pesquisa, destacou a educação voltada para a competência informacional e a participação das bibliotecas no processo educativo. Verificou-se que Dudziak (2001, p. 8) não traduziu a expressão *information literacy* na dissertação.

No VIII Simpósio de Engenharia de Produção da UNESP (SIMPEP), realizado em 2001, na cidade de Bauru-SP, Belluzzo apresentou o trabalho “*A Information Literacy como competência necessária à fluência científica e tecnológica na sociedade da informação: uma questão de educação*”. Belluzzo (2001) demonstrou que o processo de ensino-aprendizagem deveria estar centrado na competência informacional, pois o aumento significativo da informação poderia dificultar a participação ativa dos indivíduos na sociedade da informação e do conhecimento.

Em **2002**, Hatschbach defendeu a dissertação “*Information Literacy: aspectos conceituais e iniciativas em ambiente digital para o estudante de nível superior*”. Em seu trabalho, Hatschbach (2002, p. 98) já acreditava que a noção de competência informacional era ampla e que poderia ser estudada sob múltiplos aspectos no Brasil.

No XII Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU), realizado em 2002, na cidade do Recife-PE, Dudziak apresentou o trabalho “*Information Literacy Education: integração pedagógica entre bibliotecários e docentes visando a competência em informação e o aprendizado ao longo da vida*”. Segundo a autora, a noção de competência informacional está intimamente relacionada com a educação, pois envolve os seguintes conceitos: aprendizado ao longo da vida, pensamento crítico, educação baseada em recursos, cultura da

informação, aprendizado independente, responsabilidade social, trabalho cooperativo, biblioteca como organização aprendente, etc. Dudziak (2002) percebeu que a inserção da competência informacional nos ambientes educacionais não é tarefa fácil, pois o movimento exige mudanças nos paradigmas educacionais.

Conforme a autora, a *Information Literacy Education* proporcionaria o diálogo entre alunos, professores e profissionais da informação na construção do conhecimento.

No XX Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBD), realizado no mesmo ano, na cidade de Fortaleza-CE, Dudziak apresentou o trabalho “*Information Literacy* uma revolução silenciosa: diferentes concepções para a competência em informação”. Em sua pesquisa, destacou as seguintes concepções de competência informacional:

- concepção da informação (ênfase na tecnologia da informação);
- concepção cognitiva (ênfase nos processos cognitivos);
- concepção da inteligência (ênfase no aprendizado).

Segundo a autora, a concepção da informação (ênfase na tecnologia da informação) prioriza as habilidades necessárias para utilizar os sistemas eletrônicos e recuperar a informação.

Conforme demonstrado no histórico, os indivíduos deveriam acompanhar os avanços das tecnologias da informação e comunicação para realizarem as suas atividades com agilidade e menor esforço. No entanto, Dudziak (2002) observou que o modelo está limitado ao uso de ferramentas e suportes tecnológicos e não analisa os fatores intrínsecos envolvidos no processo de busca e uso da informação.

Na abordagem tecnológica, a autora conclui que as bibliotecas são vistas como suportes ao ensino/pesquisa e os profissionais da informação exercem o papel de intermediários da informação.

Na concepção cognitiva (ênfase nos processos cognitivos), Dudziak (2002) verificou que o foco está na compreensão e uso da informação pelos indivíduos. Atualmente, os estudos relativos à disciplina Ergonomia podem contribuir para o desenvolvimento do modelo. Destaca-se o conceito de usabilidade, pois os sistemas são criados de forma que os usuários possam realizar as suas atividades sem dificuldades.

Dudziak (2002) afirmou que a concepção cognitiva visa entender os sentidos que os indivíduos atribuem aos seus questionamentos, a partir das habilidades e conhecimentos que possuem.

Na abordagem dos processos cognitivos, a autora concluiu que as bibliotecas são espaços de aprendizado e os profissionais da informação podem atuar como gestores da informação e mediadores entre o usuário e o conhecimento.

Na concepção da inteligência (ênfase no aprendizado), Dudziak (2002) observou que o aprendiz é um ser social, pois o processo de aprendizado envolve toda a sociedade e está em constante transformação. Sendo assim, os cidadãos competentes em informação reconhecem o valor do conhecimento e procuram melhorar a situação social da comunidade em que vivem.

Na abordagem do aprendizado, a autora concluiu que as bibliotecas são espaços de expressão do sujeito e os profissionais da informação são agentes educacionais.

Campello (2003, p. 29) acrescentou que, no ano de 2002, traduziu a expressão *information literacy* como competência informacional no contexto da biblioteca escolar. A autora percebeu a importância do tema nos ambientes educacionais e destacou o papel das bibliotecas na formação dos alunos competentes em informação.

Apesar de reconhecer as possibilidades de tradução, Dudziak (2003, p. 24) afirmou que “a expressão ainda não possui tradução para a língua portuguesa”. Semelhantemente, Campello (2003, p. 28) observou que o “termo está em fase de construção no Brasil”. Como resultado, é possível identificar as seguintes variações terminológicas no dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia, elaborado por Cunha e Cavalcanti (2008, p. 10, grifo nosso): **alfabetização informacional, educação para a informação, fluência informacional, letramento informacional e literacia informacional.**

Dentre as explicações para o “problema”, Snaveley e Cooper (1997 apud VITORINO; PIANTOLA, 2009, p. 131) identificaram a própria natureza da palavra *literacy*:

É importante destacar que desde seu surgimento, o uso do termo *information literacy* tem sido alvo de intensas discussões, já que historicamente se entende *literacy* apenas em um nível básico de aquisição de habilidades, mais especificamente de leitura e de escrita. Por isso, termos como *library skills* (habilidades em biblioteca), *library use* (uso de bibliotecas) ou *bibliographic instructions* (instruções bibliográficas) foram muitas vezes utilizados como sinônimos de *information literacy*, ainda que devam ser considerados componentes do termo mais amplo.

Lee (2002, apud COELHO, 2008, p. 41) acrescentou que alguns autores consideram *literacy* uma palavra inadequada por exprimir a ideia de que as pessoas são analfabetas. Sendo assim, Coelho (2008, p. 41) verificou que outras expressões foram recomendadas, “por definirem um conjunto de conhecimentos, competências e atitudes que ultrapassa as competências funcionais básicas que o termo *literacy* pode sugerir”. A autora destacou as seguintes expressões: *information competence*, *information power*, *information fluency*,

information mediacy e *information empowerment*. Diferentemente, Dudziak (2001, p. 55) afirmou que:

[...] *literacy* é um conceito dinâmico e complexo. De acordo com o dicionário Houaiss (1982), a tradução corresponde à “capacidade de ler e escrever; alfabetização, instrução.” Mas a simples tradução para alfabetização corresponderia a uma redução do conceito (nem todos os grupos sociais se utilizam do alfabeto) desvirtuando sua abrangência e propósito do contexto atual.

No que tange à abrangência do conceito, Lyman (1979 apud VARELA, 2006, p. 19) observou que *literacy* pode ser definida como a habilidade de compreender matérias, ler criticamente, usar materiais complexos e aprender por si mesmo.

Neste trabalho, optou-se por utilizar a expressão “competência informacional”, pois ela envolve a relação entre o usuário e a informação sob diferentes perspectivas.

Em 2003, Campello apresentou o artigo “O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional”. No contexto do movimento da competência informacional, Campello (2003, p. 36) ressaltou a função pedagógica das bibliotecas e o papel ativo dos bibliotecários no processo de ensino-aprendizagem.

Em seu artigo, utilizou a expressão “letramento informacional”, pois o foco do estudo era no âmbito da educação básica.

No mesmo ano, Dudziak escreveu o artigo “*Information literacy*: princípios, filosofia e prática”. A autora manteve os seus estudos sobre a evolução do conceito de *information literacy* e as possibilidades de aplicação do tema no Brasil, principalmente no setor educacional.

Em 2004, Miranda apresentou o artigo “Identificando competências informacionais”. Em sua pesquisa, Miranda (2004, p. 121) demonstrou a importância da competência informacional no ambiente de trabalho, pois os profissionais competentes em informação utilizam as informações para o desenvolvimento das organizações e seus recursos.

Belluzzo também contribuiu com os estudos desenvolvidos no ano de 2004. Em seu artigo “Formação contínua de professores do ensino fundamental sob a ótica do desenvolvimento da *information literacy*, competência indispensável ao acesso à informação e geração do conhecimento”, Belluzzo (2004, p. 29) concluiu que a competência informacional deve estar presente no processo de formação dos professores do ensino fundamental. Segundo a autora, os professores precisam ter o senso crítico e investigativo para que os alunos aprendam além do que foi estabelecido. Sendo assim, os próprios estudantes obteriam o costume de continuar aprendendo ao longo da vida.

Em 2005, Belluzzo apresentou o artigo “Competências na era digital: desafios tangíveis para bibliotecários e educadores”. Belluzzo (2005, p. 30) verificou que a complexidade do ambiente virtual exigia que os alunos possuísem competência em informação para analisarem criticamente as informações disponíveis na rede.

A autora destacou a necessidade de integração entre bibliotecários e educadores na elaboração dos modelos educacionais voltados para a competência informacional. Sendo assim, o aluno competente em informação poderia obter os benefícios da escola não somente no período escolar estabelecido, mas ao longo de sua vida.

No Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da informação (CBBD), realizado no mesmo ano, na cidade de Curitiba-PR, Dudziak apresentou o trabalho “Competência em informação: melhores práticas educacionais voltadas para a *information literacy*”. A autora observou que para implementar a competência informacional na educação seria necessário que os docentes, alunos e bibliotecários estivessem comprometidos com as suas respectivas funções na comunidade de aprendizagem.

Segundo Dudziak (2005), os professores devem superar os modelos tradicionais de ensino baseados em livros-texto e apostilas, pois a noção de competência informacional envolve o uso de diferentes fontes e suportes informacionais. Nesse prisma, os professores podem estimular a participação ativa dos alunos em diferentes contextos.

Nos programas educacionais voltados para a competência informacional, a autora afirmou que o aluno é o centro do processo de aprendizagem. Sendo assim, ele deve valorizar o ensino e buscar o aprendizado contínuo para o progresso individual e social.

Conforme Dudziak (2005), os bibliotecários devem ser agentes educacionais no movimento da competência informacional. Estes profissionais precisam atuar em parceria com os docentes, alunos e a comunidade em geral, a fim de criar um ambiente favorável à aprendizagem.

Além do comprometimento dos indivíduos mencionados anteriormente, Dudziak (2005) observou que as melhores práticas educacionais voltadas para a competência informacional envolvem o planejamento pedagógico adequado e a criação de pontes entre o conhecimento, o ensinar e o aprender e o projeto educacional que se pretende estabelecer.

No ano de 2005, Silva, Jambeiro, Lima e Brandão escreveram o artigo “Inclusão digital e educação para a competência informacional: uma questão de ética e cidadania”. Segundo Silva et al. (2005, p. 35), a inclusão digital envolve os conceitos de ética e cidadania, pois todos os cidadãos têm o direito de acessar as informações digitais para atuarem na sociedade do conhecimento. Sendo assim, os programas voltados para a inclusão digital não

devem se restringir ao uso das tecnologias de informação, mas também contemplar o tema da competência informacional.

Ainda em 2005, Campello e Abreu apresentaram o artigo “Competência informacional e formação do bibliotecário”. A partir do modelo de Kuhlthau sobre o processo de busca da informação, Campello e Abreu (2005, p.181) investigaram se os alunos de graduação do curso de Biblioteconomia da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (ECI/UFMG) eram competentes em informação no processo de elaboração do trabalho acadêmico.

Como resultado, as autoras distinguiram três fases principais: inicial, intermediária e final. Na fase inicial, os alunos apresentaram dificuldades para pesquisar e utilizar os recursos informacionais. Na fase intermediária, a mediação do professor no esclarecimento das dúvidas proporcionou a confiança dos alunos na execução do trabalho. Na fase final, alguns graduandos se sentiram satisfeitos por concluir o trabalho, porém os demais estavam frustrados por não realizarem as atividades propostas. Desse modo, Campello e Abreu (2005, p. 189) verificaram que os resultados da pesquisa eram semelhantes aos apresentados por Kuhlthau em 1996.

As autoras concluíram que os bibliotecários ainda não estavam preparados para atuarem como mediadores no processo de aprendizagem, pois a mediação estava predominantemente no papel do professor.

Em **2006**, Belluzzo escreveu o artigo “O uso de mapas conceituais e mentais como tecnologia de apoio à gestão da informação e da comunicação: uma área interdisciplinar da competência em informação”. Segundo Belluzzo (2006, p. 86), os mapas conceituais e mentais permitem aos usuários estruturar as informações mediante a organização dos conceitos de determinada área do conhecimento e as suas possíveis relações. Sendo assim, os usuários poderiam desenvolver a competência em informação com a utilização de quaisquer desses mapas.

No mesmo ano, Campello apresentou o artigo “A escolarização da competência informacional”. Campello (2006, p. 64) partiu do pressuposto de que a competência informacional deveria estar presente nas práticas de letramento. Desse modo, a autora afirmou que as crianças poderiam estar em contato com o universo informacional, desde que os profissionais do âmbito escolar respeitassem os limites da fase infantil.

Miranda também contribuiu com os estudos desenvolvidos no ano de 2006. No artigo “Como as necessidades de informação podem se relacionar com as competências

informacionais”, Miranda (2006, p. 112) demonstrou que o usuário deveria ser competente em informação para satisfazer a sua necessidade informacional.

De acordo com a sua pesquisa, os estudos sobre a necessidade informacional envolvem as dimensões cognitivas, afetivas e situacionais. A dimensão cognitiva remete às operações mentais realizadas no cérebro para processar a informação recebida e obter o conhecimento. A dimensão afetiva envolve os sentimentos do usuário na busca pela informação. A dimensão situacional está relacionada com a influência do meio ambiente nas decisões dos indivíduos.

Nesse sentido, Miranda (2006, p. 100) observou que os sistemas informacionais deixaram de ocupar o centro dos estudos a partir de 1986, pois o foco estava no usuário da informação.

No artigo “Políticas de formação para a competência informacional: o papel das universidades”, de 2006, Cavalcante estudou a presença da competência informacional nas instituições de ensino superior, como forma de possibilitar o desenvolvimento individual, social e profissional dos estudantes.

A partir da pesquisa realizada na *École de Bibliothéconomie et des Sciences de l'Information* da *Université de Montréal*, Cavalcante (2006, p. 60) observou que os problemas de analfabetismo informacional no Brasil podem ser contornados com a implementação de políticas de formação para a competência informacional.

Segundo a autora, diversos alunos ingressam nas universidades apresentando dificuldades para acessar as informações disponíveis e obter o conhecimento. Sendo assim, concluiu que as bibliotecas escolares devem auxiliar no desenvolvimento da competência informacional do educando, a fim de potencializar as habilidades informacionais apreendidas no ensino superior.

A relação entre o governo eletrônico e a competência informacional foi outro tema investigado no ano de 2006. No artigo “Governo eletrônico, informação e competência em informação”, Garcia estudou as vantagens dos órgãos públicos em disponibilizar produtos, serviços e informações aos cidadãos no ambiente virtual.

Apesar dos avanços do governo eletrônico no Brasil, Garcia (2006, p. 85) percebeu que a consolidação do novo modelo de governo dependeria do desenvolvimento da competência informacional na sociedade brasileira. Sendo assim, as pessoas competentes em informação poderiam interagir com o governo nos *sites* apropriados a sua necessidade informacional e acompanhar as atividades realizadas pela administração pública.

Ainda em 2006, Mota escreveu o artigo “Prontuário eletrônico do paciente e o processo de competência informacional”. De acordo com Mota (2006, p. 68), a implementação do prontuário eletrônico do paciente permitiria o desenvolvimento da competência informacional no setor da saúde, pois os pacientes poderiam acompanhar e compreender o seu quadro clínico através das informações sigilosas disponibilizadas pelos médicos.

Sendo assim, as novas tecnologias da informação e comunicação podem proporcionar o compartilhamento das informações entre os profissionais da saúde na solução dos desafios vivenciados diariamente.

Em 2007, Dudziak escreveu o artigo “O bibliotecário como agente de transformação em uma sociedade complexa: integração entre ciência, tecnologia, desenvolvimento e inclusão social”. Em sua pesquisa, observou que as transformações da sociedade ocasionaram a complexidade das relações sociais atuais. Sendo assim, Dudziak (2007, p. 95) destacou o papel de agente educacional do bibliotecário, pois ele pode promover a competência informacional nos diversos setores da sociedade e, conseqüentemente, garantir a participação ativa dos indivíduos na comunidade de aprendizagem.

Além da competência informacional, a autora percebeu que a ciência, a tecnologia e a inovação são elementos fundamentais para o desenvolvimento de qualquer nação.

No mesmo ano, Miranda defendeu a tese “Identificação de necessidades de informação e sua relação com competências informacionais: o caso da supervisão indireta de instituições financeiras no Brasil”. Miranda (2007, p. 7) investigou as necessidades de informação e as competências dos supervisores indiretos de instituições financeiras no Brasil.

A autora relacionou as dimensões da necessidade de informação (cognitivas, afetivas e situacionais) com as dimensões das competências (conhecimento, habilidades e atitudes). Como resultado, observou que as necessidades de informação dos supervisores indiretos estão relacionadas com as próprias atividades do trabalho. Sendo assim, a competência em informação possibilitaria a satisfação das necessidades informacionais e o alcance dos objetivos das instituições financeiras.

Ainda em 2007, Lins apresentou a dissertação “Inclusão do tema competência informacional e os aspectos tecnológicos relacionados, nos currículos de Biblioteconomia e Ciência da Informação”. Em sua pesquisa, estudou as possibilidades de implementação da competência informacional nos currículos de Biblioteconomia e Ciência da Informação, a fim de proporcionar aos profissionais da informação o acompanhamento dos avanços tecnológicos.

A partir dos dados obtidos com a técnica de Delphi, Lins (2007, p. 79) observou que todos os especialistas concordaram com a implementação da competência informacional nos currículos de Biblioteconomia e Ciência da Informação. Desse modo, salientou a necessidade de reformulação dos currículos da área para que os profissionais da informação exerçam a sua função educativa e aprimorem as habilidades no uso das tecnologias da informação e comunicação.

Em **2008**, Dudziak escreveu o artigo “Os faróis da sociedade de informação: uma análise crítica sobre a situação da competência em informação no Brasil”. Em seu trabalho, analisou o contexto brasileiro diante das recomendações feitas no encontro de especialistas em competência em informação ocorrido na cidade de Alexandria, Egito, no final de 2005.

Segundo Dudziak (2008, p. 50), as recomendações dos especialistas estavam voltadas para a continuidade dos programas de competência informacional nos países desenvolvidos, pois os países em desenvolvimento apresentavam problemas sociais que impediriam o cumprimento fiel dos parâmetros estabelecidos. Sendo assim, o Brasil deveria superar os problemas primários de analfabetismo e saneamento básico para que a competência informacional possa “iluminar” os diversos setores da sociedade e proporcionar o progresso nacional.

No artigo “Competência em informação: caminhos percorridos e novas trilhas”, de 2008, Hatschbach e Olinto observaram que a competência informacional foi retratada sob diferentes perspectivas no decorrer da sociedade da informação. Nesse prisma, Hatschbach e Olinto (2008, p. 28) concluíram que as futuras pesquisas precisam aprofundar nas questões relativas ao método de avaliação da competência informacional no ensino, pois o foco deve estar no estudante.

Como resultado, o método de avaliação utilizado possibilitaria analisar o desempenho dos professores e alunos de acordo com os objetivos estabelecidos pela instituição.

Belluzzo também contribuiu com os estudos desenvolvidos no ano de 2008. No artigo “Como desenvolver a competência em informação (CI): uma mediação integrada entre a biblioteca e a escola”, Belluzzo (2008, p. 12) salientou que a pesquisa escolar deve proporcionar aos alunos a capacidade de desenvolver a competência em informação em seus múltiplos aspectos. No entanto, percebeu que o sucesso do projeto dependeria da integração entre a escola e a biblioteca no processo de aprendizagem.

No mesmo ano, Evangelista, Oliveira, Pereira e Petinari escreveram o artigo “Competência informacional e medicina baseada em evidências”. Segundo Evangelista et al. (2008, p. 76), a noção de medicina baseada em evidências remete à capacidade dos

profissionais da saúde em utilizar as informações científicas para a tomada de decisão. Nesse sentido, as autoras destacaram que os bibliotecários devem promover o conceito de competência informacional no setor da saúde, a fim de proporcionar aos profissionais da área a recuperação das informações relevantes e, conseqüentemente, o atendimento adequado dos pacientes.

Em 2008, Gasque defendeu a tese “O pensamento reflexivo na busca e no uso da informação na comunicação científica”. No contexto da comunidade científica, Gasque (2008, p. 24) partiu do pressuposto de que o pensamento reflexivo possibilitaria a compreensão dos fenômenos ligados ao ciclo informacional. Desse modo, os pesquisadores em formação poderiam desenvolver as habilidades necessárias para o uso eficiente e eficaz da informação.

Em seu trabalho, observou que John Dewey atribuiu significativa importância ao pensamento reflexivo, pois envolve a capacidade criativa dos indivíduos no processo de resolução dos problemas. Nesse sentido, a autora investigou a relação existente entre o pensamento reflexivo e a competência informacional dos estudantes de mestrado e doutorado.

Como resultado, Gasque (2008, p. 205) verificou que tal relação é de natureza multirreferencial devido à pluralidade de fenômenos existentes na aprendizagem. Entretanto, percebeu que o pensamento empregado na busca e no uso da informação foi predominantemente não-reflexivo. Sendo assim, ressaltou a necessidade de repensar as práticas adotadas no âmbito educacional.

A relação entre a competência informacional e a TV digital foi outro tema abordado em 2008. No artigo “Oficina de construção de conhecimento sobre TV digital: uma experiência de mapeamento da competência em informação”, Angeluci, Sanches e Redondo demonstraram que os inúmeros recursos da TV digital podem promover a inclusão social e a cidadania.

A partir da pesquisa realizada com os estudantes do ensino supletivo de 1ª à 4ª série da Escola Municipal Magdalena Pereira da Silva Martha em Bauru-SP, Angeluci, Sanches e Redondo (2008, p. 71) apontaram que as informações sobre o conceito de TV digital são escassas na comunidade investigada. Entretanto, os autores perceberam que os alunos conseguiram elaborar mapas conceituais relativos ao tema, principalmente pelas ideias dos participantes sobre inovação, variedade de canais e oportunidades de aperfeiçoamento profissional.

Nesse prisma, os recursos da TV digital voltados para o desenvolvimento da competência informacional propiciam o aprendizado contínuo e independente dos cidadãos.

No período entre 15 de outubro e 5 de dezembro de 2008, Vitorino e Piantola (2009, p. 131) pesquisaram nas bases de dados *Library and Information Science Abstracts (LISA)*, *H.W.Wilson*, *Scopus* e *Web of Science* para identificar os termos usuais na língua inglesa e espanhola referentes à competência informacional. As autoras identificaram as seguintes expressões: *information skills*, *information literate*, *information competence*, *lifelong learning*, *alfabetización informacional* e *alfabetización en información*. Sendo assim, as variações terminológicas também podem ser encontradas em outros idiomas.

Em 2009, Farias e Vitorino apresentaram o artigo “Competência informacional e dimensões da competência do bibliotecário no contexto escolar”. Devido às exigências educacionais do século XXI, Farias e Vitorino (2009, p. 13) afirmaram que o bibliotecário escolar deve possuir e integrar as dimensões técnicas, estéticas, políticas e éticas para exercer a sua função na sociedade da informação.

Segundo as autoras, a dimensão técnica é caracterizada pelos conhecimentos necessários para exercer uma atividade específica. A dimensão estética envolve a atitude de buscar melhorias no contexto social inserido. A dimensão política requer dos profissionais a preocupação com o bem-estar de todos os cidadãos. A dimensão ética é marcada pelo respeito entre os indivíduos para o progresso coletivo.

Diante das mudanças paradigmáticas no setor educacional, Farias e Vitorino (2009, p.13) acrescentaram que os bibliotecários escolares devem buscar o aperfeiçoamento profissional contínuo e trabalhar em equipe com os demais educadores. Desse modo, aumenta as possibilidades de consolidação da competência informacional no ensino.

No artigo “Os programas de inclusão digital do governo federal sob a óptica da competência informacional”, de 2009, Martins e Lucas classificaram os programas de inclusão digital do âmbito federal, de acordo com as concepções de competência informacional desenvolvidas por Dudziak.

Segundo Martins e Lucas (2009, p. 96), 58% dos projetos de inclusão digital do governo federal estão voltados para a concepção da tecnologia da informação. Conforme demonstrado no histórico, a ênfase tecnológica se restringe ao aprendizado das habilidades necessárias para o uso dos sistemas eletrônicos. Sendo assim, as autoras salientaram que os programas do governo federal de inclusão digital precisam incorporar ações que visem o desenvolvimento das concepções do conhecimento e da inteligência.

Como resultado, os programas de inclusão digital promoveriam não somente a inclusão tecnológica, mas também a participação ativa dos indivíduos nos novos ambientes de aprendizagem.

A integração da competência informacional na Educação a Distância (EaD) foi outro tema investigado em 2009. No artigo “A perspectiva da competência informacional na Educação a Distância (EaD)”, Vitorino demonstrou que o ensino a distância está intimamente relacionado com a competência informacional.

Segundo Vitorino (2009, p. 42), a natureza multidimensional dessa nova modalidade de ensino pode ser observada mediante os fatores de “presencialidade”, flexibilidade, “distancialidade” e interatividade. Sendo assim, a competência informacional viabilizaria a construção de conhecimentos nos novos espaços de aprendizagem, pois os cidadãos competentes em informação são capazes de utilizar os recursos tecnológicos para o compartilhamento de ideias e informações.

No mesmo ano, Azevedo apresentou a dissertação “Formação e a competência informacional do bibliotecário-médico brasileiro”. Em sua pesquisa, buscou identificar o perfil do bibliotecário-médico brasileiro para atuar nas bibliotecas das faculdades de medicina.

Conforme demonstrado no histórico, a relação médico-paciente passou por profundas transformações com o surgimento da sociedade da informação e do conhecimento. Nesse sentido, o autor demonstrou que o bibliotecário-médico deve disponibilizar informações confiáveis, visando à tomada de decisão conjunta entre médicos e pacientes.

Segundo Azevedo (2009, p. 84), não existe consenso na literatura quanto às competências necessárias para o exercício das atividades de bibliotecário-médico. Entretanto, observou as iniciativas desenvolvidas nos cursos de Biblioteconomia do Brasil para que os futuros profissionais atuem em qualquer espaço informacional. Sendo assim, concluiu que os bibliotecários generalistas com o auxílio da educação continuada podem exercer a atividade de bibliotecário-médico.

Ainda em 2009, Campello defendeu a tese “Letramento informacional no Brasil: práticas educativas de bibliotecários em escolas de ensino básico”. Em seu trabalho, analisou o papel educativo do bibliotecário no contexto da educação básica brasileira.

De acordo com Campello (2009, p. 172), a função educativa do bibliotecário escolar predomina nos projetos voltados para a promoção da leitura. Desse modo, ressaltou que as práticas de letramento informacional são incipientes no ensino brasileiro.

A análise da função pedagógica do bibliotecário permitiu a autora identificar que a participação dos bibliotecários no processo da pesquisa escolar está aquém do esperado. Como resultado, o aprendizado coletivo verificado nos discursos sobre a competência

informacional perderia as suas forças e impediria o desenvolvimento das novas estratégias pedagógicas.

Diante desse cenário, Campello (2009, p. 169) demonstrou que os bibliotecários devem atuar em parceria com os professores, visando o desenvolvimento do letramento informacional e a participação ativa das bibliotecas no processo de aprendizagem.

Em 2010, Gasque e Tescarolo apresentaram o artigo “Desafios para implementar o letramento informacional na educação básica”. Segundo Gasque e Tescarolo (2010, p. 46), as barreiras existentes no âmbito da educação básica devem ser superadas para propiciar o desenvolvimento do letramento informacional. Os autores mencionaram que as instituições de ensino precisam repensar os seguintes aspectos: a cultura pedagógica, a formação dos professores, a concepção de ensino-aprendizagem, a organização do currículo e a infraestrutura informacional.

Conforme o estudo dos autores, a cultura pedagógica voltada para o letramento informacional permitiria que os alunos estivessem no centro do processo de aprendizagem. Nesse sentido, os alunos deixariam de ocupar a posição de meros receptores das informações fornecidas pelos professores e seriam convidados a participar da geração de novos conhecimentos.

A educação continuada como instrumento de atualização e aperfeiçoamento profissional foi outro tema destacado pelos autores. Nesse prisma, os educadores poderiam acompanhar as transformações vivenciadas na sociedade da informação e implementariam estratégias pedagógicas condizentes com as exigências educacionais atuais.

O processo de ensino-aprendizagem deveria proporcionar aos alunos a capacidade de desenvolver o pensamento reflexivo, conforme demonstrado anteriormente por Gasque (2008). Sendo assim, o educando relacionaria o novo conhecimento apreendido com as informações que já detinha.

Diante desse contexto, os autores demonstraram que a própria filosofia de ensino precisa ser modificada. Como exemplificação, os currículos rígidos impediriam o desenvolvimento das novas estratégias pedagógicas.

O espaço físico é determinante para a aprendizagem efetiva. Segundo os autores, a infraestrutura precária das escolas brasileiras dificultaria a inserção plena do letramento informacional no ensino. Sendo assim, os alunos necessitam de material didático atualizado, computadores com acesso à *Internet*, mobiliário adequado, etc.

Conforme a análise do estudo, a superação dos obstáculos existentes no setor educacional dependeria da integração entre todos os profissionais envolvidos.

O papel do bibliotecário no contexto da Educação a Distância (EaD) foi outro tema investigado em 2010. Spudeit, Viapiana e Vitorino (2010, p. 67) demonstraram que os cursos desenvolvidos no âmbito da educação à distância necessitam do trabalho conjunto de diferentes profissionais. Os autores salientaram que os bibliotecários devem atuar como mediadores diante da nova modalidade de ensino.

Segundo os autores, os bibliotecários possuem a função de criar serviços de informação que atendam às necessidades informacionais específicas dos usuários/clientes no ambiente virtual. Com o surgimento da *Web 2.0*, mencionaram as inúmeras ferramentas que os bibliotecários podem utilizar para interagir com os alunos nos novos ambientes de aprendizagem. Sendo assim, a função educativa do bibliotecário não está restrita ao espaço físico das bibliotecas.

A partir da análise histórica, diversos autores brasileiros buscaram sintetizar a complexidade do conceito de competência informacional.

Em uma perspectiva da inteligência (ênfase no aprendizado ao longo da vida), Dudziak (2001, p. 143) afirmou que:

Information Literacy é o processo contínuo de internalização de fundamentos conceituais, atitudinais e de habilidades necessários à compreensão e interação permanente com o universo informacional e sua dinâmica, de modo a proporcionar um aprendizado ao longo da vida.

A concepção desenvolvida pela autora demonstrou que os cidadãos competentes em informação são capazes de criarem novos conhecimentos a partir das informações que já detinham. Desse modo, a busca pelo saber deve ser constante e envolve a participação ativa da sociedade na construção de uma nação desenvolvida e igualitária.

Além de destacar as habilidades necessárias para o uso das tecnologias de informação, Lins (2007, p. 18) observou que:

Information Literacy ou competência informacional é um conjunto de habilidades que abrangem o uso da informação de forma que possa ser recuperada e utilizada para tomada de decisão na vida social, no trabalho, nas pesquisas acadêmicas, entre outros. [...] tem-se antecipadamente que a sua definição base é o reconhecimento da necessidade de informação, além da habilidade efetiva na localização, avaliação e uso.

Conforme a visão da autora, a noção de competência informacional não se restringe ao acesso eficiente e eficaz das informações disponíveis nos diferentes suportes, pois a finalidade do movimento é a formação de indivíduos autônomos e conscientes diante das decisões que devem tomar diariamente. Nesse sentido, Coelho (2008, p. 41) complementou que:

Competência informacional não se refere apenas a saber usar um *software* ou uma fonte particular de informação, mas antes é relacionada à formação de pessoas capazes de, com espírito crítico, utilizar técnicas e aplicá-las nas necessidades de

informação em qualquer ambiente. Inclui aprendizado ao longo da vida e habilidade para atuar efetivamente na sociedade da informação.

Devido ao aumento crescente das informações disponíveis, verificou-se que a postura crítica e reflexiva é pressuposto básico para a aprendizagem efetiva, independentemente do contexto informacional inserido.

Diante da relação existente entre a competência informacional e o ambiente de trabalho, Miranda (2007, p. 112) percebeu que:

A competência informacional pode ser expressa pela *expertise* em lidar com o ciclo informacional, com as tecnologias da informação e com os contextos informacionais. Ela pode ter como referência competências de profissionais especializados em trabalhar com a informação: os profissionais de informação. Mas essa competência, mobilizada em situações de trabalho, pode ser vista como um dos requisitos do perfil profissional necessário para trabalhar com a informação, não importando o tipo de profissional ou de atividade.

Nesse prisma, todos os profissionais devem ser competentes em informação, pois o uso adequado das informações é o que move as empresas em direção aos objetivos a serem alcançados. Atualmente, torna-se impossível imaginar qualquer instituição desvinculada do contexto informacional local e global.

No âmbito da inclusão digital como forma de possibilitar a inclusão social, Suaiden e Oliveira (2006, p. 102) utilizaram a expressão alfabetização em informação como sendo:

o conjunto de aptidões necessárias para se localizar, explorar e utilizar a informação de forma eficaz e para diversas finalidades. [...] Pessoas alfabetizadas em informação são aquelas que “aprendem como aprender”, ou seja, elas sabem como o conhecimento é organizado, onde encontrar a informação e como utilizá-la de modo eficiente.

Apesar da variação terminológica, observou-se que a filosofia do conceito é a mesma. Conforme demonstrado anteriormente, a expressão ‘alfabetização informacional’ foi utilizada com frequência nas pesquisas que tratavam sobre o desenvolvimento da competência informacional nos programas de inclusão digital. Entretanto, é mister destacar que não existe consenso na literatura quanto ao emprego de determinado conceito ou expressão.

Em uma perspectiva crítica, Vitorino e Piantola (2009, p. 138) afirmaram que:

a competência informacional deve ser mais amplamente entendida como uma “arte” que vai desde saber como usar os computadores e acessar a informação até a reflexão crítica sobre a natureza da informação em si, sua infraestrutura técnica, e o seu contexto e impacto social, cultural e mesmo filosófico, o que permitiria uma percepção mais abrangente de como nossas vidas são moldadas pela informação que recebemos cotidianamente.

Concordamos também com a afirmação de Coelho (2008, p. 40), que ressalta que “[...] a competência informacional se refere à informação em qualquer formato, seja vinda de outra pessoa, de computador, de fonte digital, impressa, filme, rádio, etc.”

Outro aspecto essencial na noção de competência informacional “é o uso ético da informação, que diz respeito à capacidade de identificar ou definir a propriedade intelectual, o *copyright* e o direito de fotocópia, além de evitar o plágio.” (COELHO, p. 60, 2008). De acordo com a autora, a construção de uma sociedade pautada na competência informacional deve estar baseada em princípios éticos e morais.

Em relação às concepções de competência informacional apresentadas anteriormente, identificou-se a presença de outros conceitos. As descrições envolveram aspectos cognitivos, comportamentais e situacionais. Sendo assim, o conceito de competência informacional é dinâmico, pois integra o estudo de diversas áreas do conhecimento.

Apesar das variações terminológicas e do volume informacional, buscou-se demonstrar as diferentes abordagens da competência informacional investigadas no Brasil.

Campello (2003, p. 29) alertou que “é preciso evitar a utilização irrefletida de um termo que surgiu em circunstâncias históricas peculiares”. Cremos que é necessário conhecer o contexto sociocultural que originou a noção de competência informacional.

2.2 A sociedade da informação

Nesta seção, serão analisadas as particularidades da sociedade da informação, como forma de compreender a presença crescente da competência informacional nos discursos atuais.

Segundo Campello (2009, p. 12), o conceito de competência informacional compreende a noção de sociedade da informação. Nesse sentido, Coelho (2008, p. 39) observou que:

A origem da competência informacional está no próprio contexto da sociedade da informação, em decorrência do aumento do volume de informação, do incremento da tecnologia, como também da síndrome da fadiga da informação. Esses fatores impulsionaram a necessidade de encontrar formas de lidar eficazmente com o excesso de recursos informacionais.

Conforme a afirmação da autora, a sociedade da informação é marcada pela agilidade na transmissão das informações mediante o uso dos recursos tecnológicos. Apesar das facilidades na disseminação do conhecimento produzido, tornou-se impossível a humanidade fixar todas as informações disponíveis. A competência informacional possibilitaria a avaliação e o uso adequado da informação diante do excesso informacional.

Suaiden e Oliveira (2006, p. 98, grifo nosso) afirmaram que:

A revolução tecnológica e a Sociedade da Informação criaram um cenário cultural, social e econômico absolutamente distinto para o século XXI. Democratizaram o acesso à informação, mas exigiram **autonomia intelectual e aparato tecnológico para acessar, compreender e transformar a informação em conhecimento**.

Verificou-se que os autores perceberam a importância da competência informacional no contexto da sociedade da informação, pois a universalização da informação não garante o seu uso efetivo.

Conforme a abordagem histórica desenvolvida anteriormente, os autores identificaram alguns atributos típicos dos indivíduos competentes em informação, como: a autonomia intelectual, a capacidade em utilizar os recursos tecnológicos e algumas habilidades para transformar a nova informação em conhecimento útil. Sendo assim, “a principal ferramenta desse novo milênio não é o computador, e sim o próprio conhecimento, modelado pelas estratégias cognitivas que facilitam a **tomada de decisão** e a **solução de problemas**”. (SUAIDEN; OLIVEIRA, 2006, p. 98, grifo nosso).

Observou-se que o conceito de competência informacional, desde a sua origem, incluía a capacidade dos indivíduos de resolverem os seus problemas e tomarem decisões no ambiente de trabalho. Portanto, os dados podem ser históricos, mas as ideias permanecem atuais.

Na ótica do raciocínio, Milanesi (2002) afirmou que as tecnologias da informação devem ser o meio e nunca o fim, pois elas devem se adaptar as necessidades do usuário e não o usuário se adaptar a elas. É importante ressaltar que as tecnologias da informação e comunicações são instrumentos capazes de “ampliar o poder cognitivo do ser humano e de possibilitar mixagens complexas e cooperativas de conhecimento.” (SUAIDEN; OLIVEIRA, 2006, p. 103). Entretanto, as tecnologias não possuem a capacidade criativa humana.

Ainda, segundo Suaiden e Oliveira (2006, p. 100), é difícil definir a sociedade da informação, mas é possível identificar algumas das suas múltiplas facetas, como: tecnologia e interatividade, globalização e virtualidade, organização e automação e criatividade e inteligência. Acreditamos na possibilidade de relacionar a competência informacional com as múltiplas facetas e *setores da sociedade da informação*.

2.2.1 O setor educacional

A abordagem educacional obteve destaque nas diversas pesquisas sobre a competência informacional. Pode-se afirmar que a competência informacional é uma questão educacional, pois envolve a participação das instituições de ensino na formação de indivíduos críticos e conscientes.

No Livro Verde da Sociedade da Informação no Brasil (2000), foi definido um conjunto de metas e ações para que o Brasil possa estar plenamente inserido no contexto da sociedade da informação. Ressalta-se que a educação é “o elemento-chave para a construção de uma sociedade da informação e condição essencial para que pessoas e organizações estejam aptas a lidar com o novo, a criar e, assim, a garantir seu espaço de liberdade e autonomia”. (BRASIL, 2000, p. 7). Porém, não é qualquer modelo educacional que irá garantir a participação ativa dos indivíduos na sociedade da informação. Milanesi (2002) observou que em algumas regiões brasileiras ainda prevalece o modelo educacional baseado na massificação do ensino, típico das sociedades industriais. Neste cenário, o autor identificou sérios problemas educacionais, como a dificuldade dos alunos em desenvolver o pensamento crítico e a biblioteca escolar não ser um ambiente atrativo.

No contexto da sociedade da informação, Pereira (2005, p. 22) observou que a comunidade europeia definiu os seguintes objetivos a serem alcançados no setor educacional:

- Generalizar e melhorar o acesso a equipamentos, programas de informática, redes de informação e comunicação;
- Proporcionar e simplificar o acesso a uma formação de qualidade para todos;
- Desenvolver a cooperação entre professores, educadores e gestores empenhados na criação de uma “área educativa nacional”;
- Recolher e divulgar informações sobre as melhores práticas em matéria de utilização das tecnologias da informação e da comunicação na aprendizagem;
- Promover a inovação dos conhecimentos práticos e a experiência.

Acredita-se que os mesmos objetivos devem ser definidos no cenário brasileiro para que os alunos não fiquem à margem da sociedade da informação e, conseqüentemente, possam atuar positivamente na construção de novos conhecimentos. Sendo assim, Coscarelli (2005, p. 32) afirmou que:

A escola precisa encarar o seu papel, não mais apenas de transmissoras de saber, mas de ambiente de construção do conhecimento. Os alunos precisam saber aprender, saber onde encontrar as informações de que precisam e ter autonomia para lidar com essas informações, avaliando, questionando e aplicando aquelas que julgarem úteis e pertinentes. Para isso é preciso que a escola abra mão de um conteúdo ou uma “matéria” rigidamente predeterminada, e seja capaz de administrar a flexibilidade exigida daqueles que querem adotar uma postura de construção do conhecimento.

Conforme o posicionamento da autora, as escolas devem abandonar o modelo baseado na massificação do ensino e inserir um modelo voltado para a competência informacional. Nesse prisma, os alunos aprendem ao longo da vida e sabem utilizar a informação em qualquer situação, conquistando novos espaços.

De acordo com as ideias desenvolvidas, Dudziak (2003, p. 32) afirmou que:

A educação voltada para a *information literacy* aqui preconizada encontra respaldo em práticas curriculares, como o currículo integrado (baseado na transdisciplinaridade) e o aprendizado baseado em recursos (*resource-based learning*), tendo como objetivo maior instrumentalizar e interiorizar comportamentos que levem à proficiência investigativa, ao pensamento crítico e ao aprendizado ao longo da vida.

Conforme a concepção da autora, a educação voltada para a competência informacional não se restringe em desenvolver meras habilidades ligadas à informação, pois o movimento exige mudanças na própria filosofia da educação.

No que se refere aos recursos educacionais atuais, Coscarelli (2005, p. 36) mencionou o *e-mail*, o corretor ortográfico, o dicionário eletrônico, os *sites* interativos e os *blogs*. Ainda, Coscarelli (2005, p. 39, grifo nosso) afirmou que:

O que precisamos fazer é acreditar que a escola pode ser diferente, divertida, que ela não é o lugar das informações prontas, nem das verdades absolutas. Ela é o lugar de construir, questionar, pensar, enfim, colocar em prática a velha história de **aprender a aprender**.

Conforme a afirmação, A “velha história” está presente no contexto educacional atual e contribui para a futura atuação dos alunos no *mercado de trabalho*.

2.2.2 O mercado de trabalho

A informatização das organizações é uma das características fundamentais para compreender o estado de transição da sociedade industrial para a sociedade da informação. Na sociedade industrial, o trabalhador era valorizado pela sua força de trabalho. Ele estava sujeito a jornadas de trabalho superiores ao seu limite físico para receber em troca um determinado salário. A relação entre donos dos meios de produção e operários é caracterizada pela verticalização, pois os operários somente poderiam obedecer às ordens dos detentores das ferramentas de trabalho. Na sociedade da informação, o conhecimento é o elemento primordial para o desenvolvimento das organizações. Desse modo, as pessoas precisam transformar os seus conhecimentos em produtos e serviços de qualidade. A relação entre os

níveis administrativos deve ser horizontal, pois todos os indivíduos podem contribuir na administração de determinado setor.

Ressalta-se que o atual mercado de trabalho necessita de pessoas qualificadas para exercer determinado cargo ou função.

Segundo o Livro Verde da Sociedade da Informação no Brasil (2000, p. 17):

[...] A capacidade de gerar, tratar e transmitir informação é a primeira etapa de uma cadeia de produção que se completa com sua aplicação no processo de agregação de valor a produtos e serviços. Nesse contexto, impõe-se, para empresas e trabalhadores, o desafio de adquirir a competência necessária para transformar informação em um recurso econômico estratégico, ou seja, o conhecimento.

Conforme a afirmação, “a competência necessária” se refere à competência informacional, pois ela “[...] pode ser expressa em saber lidar com o ciclo informacional, com as tecnologias da informação e com os contextos informacionais”. (MIRANDA, 2004, p. 118).

Atualmente, as tecnologias da informação e comunicações são os meios capazes de assegurar a competitividade das organizações no mercado globalizado. Destacam-se as estruturas das redes de informação que viabilizaram a eficiência comunicativa das empresas com o ambiente interno e externo. Nesse prisma, o indivíduo competente em informação contribui para o desenvolvimento das organizações mediante o uso adequado dos recursos tecnológicos, além da sua capacidade criativa e inovadora. De acordo com o Livro Verde da Sociedade da Informação no Brasil (2000, p. 7):

[...] É essencial, portanto, ampliar a empregabilidade dos trabalhadores, por meio do aprendizado continuado e do desenvolvimento de novas habilidades e competências, sobretudo quanto ao conhecimento das tecnologias de informação e comunicação. Isso vale tanto para as gerações que ingressam no mercado de trabalho, quanto para os que não adquiriram esses conhecimentos e precisam reciclar as habilidades profissionais.

Segundo Miranda (2004, p. 118), “a competência informacional mobilizada em situações de trabalho pode ser vista como um dos requisitos do perfil profissional necessário para trabalhar com a informação, não importando o tipo de profissional ou de atividade.” “Todavia, as empresas estão repletas de profissionais com excelentes currículos e um enorme cabedal de conhecimentos, mas que não são capazes de transformar a sua bagagem pessoal em contribuições efetivas ao negócio e criar valor para a organização.” (CHIAVENATO, 2004, p. 20). Destaca-se o conceito de gestão do conhecimento, pois o aprendizado deve ser compartilhado entre todos os membros da organização.

“[...] Para o Brasil, o desafio é tirar partido do avanço tecnológico para gerar mais e melhores alternativas de trabalho, que possam chegar à população de baixa renda e às minorias marginalizadas”. (BRASIL, p. 7). Dessa forma, o Brasil precisa superar os problemas sociais que afligem todos os setores da sociedade para ingressar plenamente na sociedade da informação. Acredita-se que “as melhores alternativas de trabalho” não chegarão para aqueles que possuem uma educação de péssima qualidade.

As oportunidades de trabalho devem surgir para todos os cidadãos, independentemente dos fatores ligados ao sexo, etnia, crenças, limitações físicas e intelectuais. Segundo o Livro Verde da Sociedade da Informação no Brasil (2000, p. 39):

Pessoas portadoras de deficiências apresentam, em geral, dificuldades especiais em ter acesso à formação básica e profissional, tendo poucas oportunidades de participar do mercado de trabalho e do convívio social. Assim, devem ser desenvolvidas soluções especiais para essas pessoas, levando em conta as especificidades das deficiências. É preciso ter em mente também que as tecnologias de informação e comunicação oferecem novas oportunidades e novos caminhos para soluções que contemplem essas pessoas nas oportunidades oferecidas pela progressiva universalização do acesso.

No que tange ao papel das mulheres no mercado de trabalho, o Livro Verde da Sociedade da Informação no Brasil (2000, p. 39) demonstrou que as mulheres precisam participar dos processos decisórios das organizações, além de dominar as habilidades necessárias para o uso das tecnologias da informação e comunicação. As mulheres devem ocupar cargos de acordo com as suas qualificações e não apenas ter acesso ao mercado de trabalho.

Ressalta-se que a geração de bons empregos depende da mobilização do *Governo*.

2.2.3 O Governo

A administração pública possui o desafio de atender às novas exigências dos cidadãos competentes em informação. Este público diferenciado exige do Estado transparência, agilidade e qualidade em suas atividades, como forma de possibilitar o acompanhamento e a fiscalização das decisões tomadas pelos seus representantes. Destaca-se o conceito de governo eletrônico (*E-Gov*), caracterizado pelo uso das tecnologias da informação e comunicações nos serviços prestados aos cidadãos.

O governo eletrônico está intimamente relacionado com a competência informacional. Segundo Garcia (2006, p. 85):

[...] é necessário fomentar o aparecimento de populações competentes em informação para uma cidadania ativa, eficiente e responsável pois, as desigualdades

no acesso e uso da informação, bem como a falta de competências de alfabetização em informação, inibem as pessoas de ‘funcionarem’ como cidadãos.

Os indivíduos competentes em informação possuem plena consciência dos seus direitos e deveres na sociedade da informação, além de participarem ativamente do processo democrático.

Conforme o Livro Verde da Sociedade da Informação no Brasil (2000, p. 65), o governo eletrônico deve propiciar o relacionamento entre o Governo, as empresas e os cidadãos. Entretanto, é necessário que o Governo tenha um modelo de gestão flexível para possibilitar a comunicação entre os três atores institucionais.

Segundo Dias e Reinhard (2008, p. 82), “um governo comprometido com o trio “eficiência, eficácia e efetividade”, e que esteja de fato a serviço da população, deverá buscar a articulação em rede”.

No que concerne à atuação do governo em rede, ressalta-se que essa nova modalidade de governo faz parte da “Nova Gestão Pública”. Nesse contexto, Dias e Reinhard (2008, p. 82) observaram que as novas práticas de governo têm por objetivos básicos:

- otimização do uso dos recursos;
- responsabilização (*accountability*) e transparência (quantidade, profundidade e custo de acesso à informação);
- serviço ao cidadão – serviços que facilitem o acesso do cidadão a seus direitos e que minimizem o custo de cumprir com seus deveres, ofertados pelo Estado.

Verificou-se que a atuação do governo em rede depende da adoção de padrões técnicos, a fim de possibilitar o intercâmbio de informações. A escolha de um padrão “[...] poderá ser decisiva para direcionar o mercado e a própria evolução de aplicações governamentais no futuro imediato”. (BRASIL, 2000, p. 72).

Conforme demonstrado anteriormente, os aspectos éticos, morais e legais estão inseridos no conceito de competência informacional. O governo em rede tem de agir em sintonia com uma legislação atualizada e voltada para a temática. Segundo o Livro Verde da Sociedade da Informação no Brasil (2000, p. 73), uma legislação adequada ao contexto atual deve contemplar os seguintes aspectos:

- segurança e autenticação de documentos, pessoas e transações;
- proteção da difusão de informações públicas;
- proteção à privacidade de dados e cidadãos;
- padrões técnicos;
- viabilização de serviços específicos em novas versões, via meios eletrônicos.

Pode-se afirmar que o foco do governo em rede está no próprio cidadão. Sendo assim, as novas aplicações do governo devem garantir a segurança dos usuários contra a ação de *crackers* (invasores de sistemas cibernéticos).

Atualmente, os *sites* governamentais permitem que os usuários satisfaçam suas necessidades informacionais e resolvam pendências de diferentes naturezas. O pleno funcionamento do governo eletrônico pode gerar o desenvolvimento *econômico*.

2.2.4 O setor econômico

O desenvolvimento de uma nação está relacionado com a sua capacidade de competir no mercado internacional. Com o advento das tecnologias da informação e comunicação, as relações comerciais foram intensificadas e aprimoradas. Destaca-se o conceito de globalização, caracterizado pela integração entre as nações do globo.

Atualmente, a economia de mercado predomina nas diversas regiões do planeta e depende essencialmente do comércio.

O comércio eletrônico é um importante instrumento de integração dos países no chamado comércio mundial. Segundo o Livro Verde da Sociedade da Informação no Brasil (2000, p. 18, grifo do autor):

As atividades econômicas que se utilizam de redes eletrônicas como plataforma tecnológica tem sido denominadas **negócios eletrônicos** (*e-business*). Essa expressão engloba os diversos tipos de transações comerciais, administrativas e contábeis, que envolvem governo, empresas e consumidores. E o **comércio eletrônico** (*e-commerce*) é a principal atividade dessa nova modalidade de negócios.

Nesse prisma, pode-se afirmar que o desenvolvimento econômico de determinada área geográfica depende do seu investimento em tecnologias de ponta. Entretanto, a ausência da competência informacional na sociedade prejudica qualquer tipo de investimento. Conforme demonstrado anteriormente, o número de pessoas no mercado informal tende a aumentar com a falta de qualificação profissional. Consequentemente, essas pessoas não poderão ter uma boa qualidade de vida, pois não estarão completamente amparadas pelas leis trabalhistas.

Diante desse cenário, Spitzer, Eisenberg e Lowe (1998, p. 92, tradução nossa) observaram que a transição de uma economia baseada no modelo industrial para uma baseada no conhecimento exigiu dos profissionais a obtenção da competência informacional.

O comércio eletrônico está inserido no contexto da competência informacional, visto que permite aos cidadãos competentes em informação a participação ativa nas decisões financeiras. Segundo o Livro Verde da Sociedade da Informação no Brasil (2000, p. 18):

As transações efetuadas por meio de redes eletrônicas trazem vantagens tanto para os consumidores, quanto para as empresas. Os primeiros poupam tempo, ao evitar deslocamentos físicos, diversificam suas opções de compra, ganham meios mais ágeis de realizar pesquisas de mercado e de preços e podem ter assistência técnica diretamente pela própria rede.

No que se refere às vantagens para as empresas, o Livro Verde da Sociedade da Informação no Brasil (2000, p. 18) demonstrou que as organizações podem expandir as suas opções de mercado com o comércio eletrônico.

Ressalta-se que o desenvolvimento de uma região deve estar pautado na preservação ambiental e na *saúde humana*.

2.2.5 O setor da saúde

A ausência da competência informacional no setor da saúde inviabiliza a tomada de decisão conjunta entre os profissionais da saúde e os pacientes. Com o crescimento exponencial da informação, os médicos de diferentes especialidades necessitaram de informações clínicas e científicas relevantes para o atendimento adequado dos pacientes. Nesse sentido, os pacientes também buscam por informações confiáveis para compreender o seu quadro clínico.

Diante desse cenário, destaca-se o conceito de medicina baseada em evidências. Segundo Evangelista et al. (2008, p. 76):

A chamada Medicina Baseada em Evidências (MBE) pode ser definida como o processo de sistematicamente descobrir, avaliar e usar achados de investigações como base para decisões clínicas. Trata-se de uma prática que auxilia tanto profissionais da saúde quanto os pacientes a tomarem decisões com menor grau de incerteza, com base em evidências relevantes e reconhecidas.

A medicina baseada em evidências não está dissociada da competência informacional, pois toda decisão clínica deve ser precedida da análise crítica da informação.

Verificou-se que a relação entre os profissionais da saúde e os pacientes passou por profundas transformações com a sociedade da informação. O acesso intelectual aos recursos informacionais permitiu que os pacientes adotassem uma postura ativa nas decisões clínicas.

As tecnologias da informação e comunicação podem contribuir no atendimento aos pacientes. Nesse prisma, Mota (2006, p. 58) destacou a utilização do prontuário eletrônico, como forma de possibilitar a capacitação dos pacientes no uso dos recursos tecnológicos e informacionais.

O desenvolvimento da competência informacional no setor da saúde cria um ambiente favorável ao compartilhamento das informações referentes ao tratamento do paciente. Desse

modo, o foco do sistema de saúde deve estar no paciente, a fim de evitar que cidadãos inocentes venham a falecer nas filas dos hospitais.

A qualidade das informações na área da saúde depende da atuação dos profissionais da informação. Conforme Evangelista et al. (2008, p. 75), o processo de tomada de decisão clínica ficaria comprometido, se as informações não fossem estruturadas por profissionais capacitados.

No próximo tópico, será demonstrado o papel do bibliotecário no contexto da competência informacional.

2.3 O papel do bibliotecário no contexto da competência informacional

A competência informacional deve estar presente em todas as atividades profissionais, visto que a informação é o elemento essencial para exercer quaisquer cargos ou funções. Nesse prisma, os bibliotecários precisam ser competentes em informação, pois lidam diretamente com os recursos informacionais.

Conforme a abordagem histórica desenvolvida anteriormente, a competência informacional está relacionada com a compreensão do ciclo informacional, desde a sua gênese até o seu destino final. A percepção do bibliotecário em relação à produção, organização e uso da informação viabiliza o desenvolvimento de produtos e serviços de qualidade voltados para a satisfação dos usuários.

Segundo Campello (2003, p. 34), o “bibliotecário é a figura central no discurso da competência informacional”. A autora destacou a função de liderança do profissional no contexto da sociedade da informação. Verificou-se que a liderança pode ser caracterizada como uma habilidade importante na noção de competência informacional, pois ela permite que outras habilidades sejam desenvolvidas e valorizadas nas unidades informacionais.

Gasque (2011) acrescentou que os profissionais da informação precisam desenvolver quatro habilidades básicas: técnica, pedagógica, gerencial e social. As habilidades técnicas envolvem os conhecimentos específicos para exercer a atividade profissional. A habilidade pedagógica pode ser verificada na abordagem histórica desenvolvida, quando os bibliotecários adquiriram um papel fundamental nos ambientes educacionais, a partir da década de 1980. Nesse sentido, Varela (2006, p. 30) demonstrou que os bibliotecários devem participar do processo educativo, pois são mediadores entre o usuário e a informação.

No que concerne à mediação do bibliotecário no processo educativo, Dudziak (2003, p. 33) afirmou que “a verdadeira mediação educacional ocorre quando o bibliotecário convence o aprendiz de sua própria competência, inculcando-lhe autoconfiança para continuar o aprendizado, transformando-o em um aprendiz autônomo e independente”.

As unidades informacionais são organizações sociais e abertas. Os bibliotecários precisam adquirir noções gerenciais para manter os usuários reais e atrair os potenciais.

A habilidade social deve ser desenvolvida, pois os profissionais da informação estão inseridos em um contexto sociocultural e precisam atender bem as necessidades dos usuários. Percebe-se que o valor de qualquer profissão perpassa em alcançar a sua função social.

Sendo assim, o bibliotecário possui um papel fundamental diante da atual sociedade da informação. Este profissional deve aprender e aperfeiçoar, ao longo de sua vida, as habilidades necessárias para ser competente em informação. Pode-se destacar a atualização profissional através da educação continuada. Afinal, a busca pelo aprendizado contínuo é uma das habilidades presentes na noção de competência informacional.

O próximo capítulo apresenta os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa.

CAPÍTULO 3

Procedimentos metodológicos

3.1 Tipo de pesquisa

Esta pesquisa é caracterizada como descritiva, pois “observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los”. (CERVO; BERVIAN, 2002, p. 66).

Dentre as particularidades da pesquisa descritiva, Cervo e Bervian (2002, p. 66) afirmaram que ela “busca conhecer as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica e demais aspectos do comportamento humano, tanto do indivíduo tomado isoladamente como de grupos e comunidades mais complexas”. (CERVO; BERVIAN, p. 66). O estudo relativo ao conceito de competência informacional e a sua influência na sociedade da informação envolve a dimensão descritiva.

No início deste estudo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, como parte da pesquisa descritiva. “A pesquisa bibliográfica é meio de formação por excelência e constitui o procedimento básico para os estudos monográficos, pelos quais se busca o domínio do *estado da arte* sobre determinado tema”. (CERVO; BERVIAN, 2002, p. 66, grifo do autor). Como resumo de assunto, esta investigação “[...] reúne, analisa e discute conhecimentos e informações já publicadas”. (CERVO; BERVIAN, 2002, p. 69).

Conforme Cervo e Bervian (2002, p. 66), a pesquisa descritiva se apresenta por diferentes formas. Esta pesquisa assumiu a forma de pesquisa documental, pois foram “investigados documentos a fim de se poder descrever e comparar usos e costumes, tendências, diferenças e outras características”. (CERVO; BERVIAN, 2002, p. 67).

“Em síntese, a pesquisa descritiva, em suas diversas formas, trabalha sobre dados ou fatos colhidos da própria realidade”. (CERVO; BERVIAN, 2002, p. 67).

3.2 Caracterização da pesquisa

Quanto à natureza, esta pesquisa é preponderantemente qualitativa. Segundo Appolinário (2006, p. 61), as pesquisas qualitativas possuem as seguintes características: nem sempre trabalham com o conceito de variáveis; quando o fazem, nem sempre elas são

predeterminadas; análise subjetiva dos dados; possibilidade de generalização baixa ou nula; comum principalmente nas Ciências Sociais.

O presente estudo analisa e discute as diferentes abordagens da competência informacional na sociedade da informação. Ressalta-se que os modelos de competência informacional não são generalizáveis, pois devem se adaptar aos objetivos estabelecidos pelas instituições. Como o foco da competência informacional está no indivíduo, nota-se a influência das Ciências Sociais nos estudos desenvolvidos.

Esta investigação guarda características de pesquisa básica (ou fundamental), visto que “estaria mais ligada ao incremento do conhecimento científico sem quaisquer objetivos comerciais”. (APPOLINÁRIO, 2006, p. 62).

No que se refere ao local da coleta de dados, esta pesquisa é de campo. Segundo Appolinário (2006, p. 65), o termo ‘campo’ designa “um local onde não seja possível ou necessário estabelecer um controle das variáveis pesquisadas”. Ressalta-se que todos os dados foram obtidos mediante o uso da *internet*, desde o levantamento bibliográfico, até a análise dos modelos de competência informacional.

No que diz respeito à fonte de informação, esta pesquisa é documental. Conforme Appolinário (2006, p. 65), a pesquisa documental se baseia na observação de documentos, independentemente do seu suporte físico.

Como característica de delineamento, utilizou-se a modalidade de levantamento. Segundo Appolinário (2006, p. 68), o objetivo básico do delineamento de levantamento é “descrever as variáveis envolvidas em um fenômeno”. Sendo assim, as habilidades que estão inseridas nos modelos de competência informacional serão descritas no próximo capítulo.

CAPÍTULO 4

Análise dos modelos de competência informacional

4.1 The Big6™

O modelo *The Big6* foi criado por Mike Eisenberg e Bob Berkowitz, como forma de possibilitar o desenvolvimento das habilidades ligadas aos recursos informacionais e tecnológicos. Apesar da utilização crescente nos ambientes educacionais, o *Big6* pode ser implementado nos diferentes setores da sociedade. O objetivo central do modelo é permitir que os cidadãos possam localizar, usar, aplicar e avaliar a informação, a fim de proporcionar a satisfação da necessidade informacional e a resolução dos problemas.

Eisenberg e Berkowitz demonstraram que o uso eficiente e eficaz da informação depende da participação de seis etapas, com duas divisões cada uma. Na figura 1, é possível identificar as seis etapas do modelo *The Big6*:

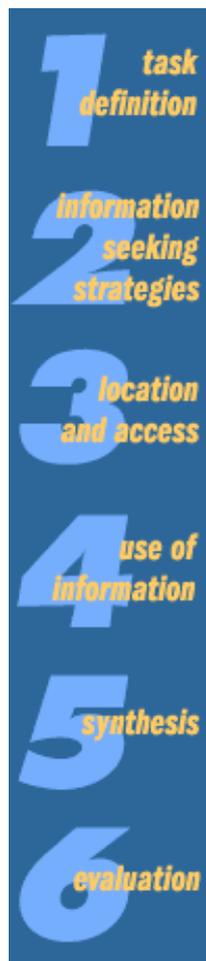


FIGURA 1 – As seis etapas do modelo *The Big6*
Fonte: elaborado por Barbara J. Shoemaker, 1997.

A partir da figura 1, verificou-se que as etapas do modelo *The Big6* abrangem as seguintes habilidades:

1. Definição da tarefa

- 1.1 Defina o problema
- 1.2 Identifique as informações necessárias

2. Estratégias de busca da informação

- 2.1 Considere todas as fontes possíveis
- 2.2 Selecione as melhores fontes

3. Localização e acesso

- 3.1 Localize as fontes
- 3.2 Recupere as informações nas fontes localizadas

4. Uso da informação

- 4.1 Consulte (leia, ouça, olhe, toque)
- 4.2 Extraia as informações relevantes

5. Síntese

- 5.1 Organize as informações extraídas das diversas fontes
- 5.2 Apresente o resultado

6. Avaliação

- 6.1 Julgue o resultado (eficácia)
- 6.2 Julgue o processo (eficiência)

Pode-se afirmar que o *Big6* auxilia os indivíduos na recuperação adequada da informação, independentemente da faixa etária. Entretanto, a preocupação com o entendimento do modelo na fase infantil gerou a criação do modelo *The Super3*TM.

Os elementos básicos do *Big6* estão presentes no modelo *The Super3*. Conforme mencionado anteriormente, o diferencial do modelo *The Super3* está no público-alvo: as crianças. A figura 2 demonstra as etapas do modelo *The Super3*:



FIGURA 2 – Etapas do modelo *The Super3*

Fonte: *The Big6*. Imagem do site adaptada pelo autor. 2011.

De acordo com a figura 2, o modelo *The Super3* está dividido em três atividades básicas: planejamento, ação e revisão. Na fase inicial, o planejamento permite que os alunos desenvolvam o pensamento reflexivo antes da tomada de decisão. Na fase intermediária, a postura ativa é incentivada mediante as práticas de leitura, visualização, comunicação e desenho. Na fase final, os estudantes devem analisar criticamente o resultado alcançado.

Nesse sentido, é possível estabelecer uma relação entre as etapas dos modelos *The Super3* e *The Big6*. O planejamento envolve as etapas de definição da tarefa e estratégias de busca da informação. A ação compreende as etapas de localização e acesso, uso da informação e síntese. A revisão está relacionada com a etapa de avaliação.

A flexibilidade do modelo *The Big6* possibilita a sua adaptação em qualquer contexto social. As próprias etapas do modelo não são lineares, visto que os indivíduos seguem caminhos distintos no processo de tomada de decisão e na resolução dos problemas. A prioridade é proporcionar o desenvolvimento da inteligência em todas as etapas.

O *Big6* permite a participação ativa dos cidadãos no ambiente *Web*, além de contemplar o uso adequado das tecnologias da informação e comunicação. Observou-se que o cumprimento das etapas do modelo visa garantir o uso ético da informação.

No que concerne às estratégias de aprendizagem, o modelo *The Big6* é compatível com o aprendizado baseado em recursos e na resolução de uma situação-problema.

Dentre as experiências com o modelo, destaca-se a sua utilização no currículo da *Pulaski Community Schools*. Este sistema de ensino é composto por diferentes unidades educacionais e a sua missão está voltada para o aprendizado efetivo das crianças aos adultos.

O principal dever desta comunidade de ensino é ajudar todos os alunos na construção do conhecimento, além de desenvolver atitudes e comportamentos sociais aceitáveis. É mister observar que o currículo foi elaborado de maneira abrangente para atender as particularidades de cada estudante, bem como àqueles que concluíram determinado curso e buscam oportunidades de emprego.

A figura 3 demonstra a inserção do modelo *The Big6* no currículo da *Pulaski Community Schools*:

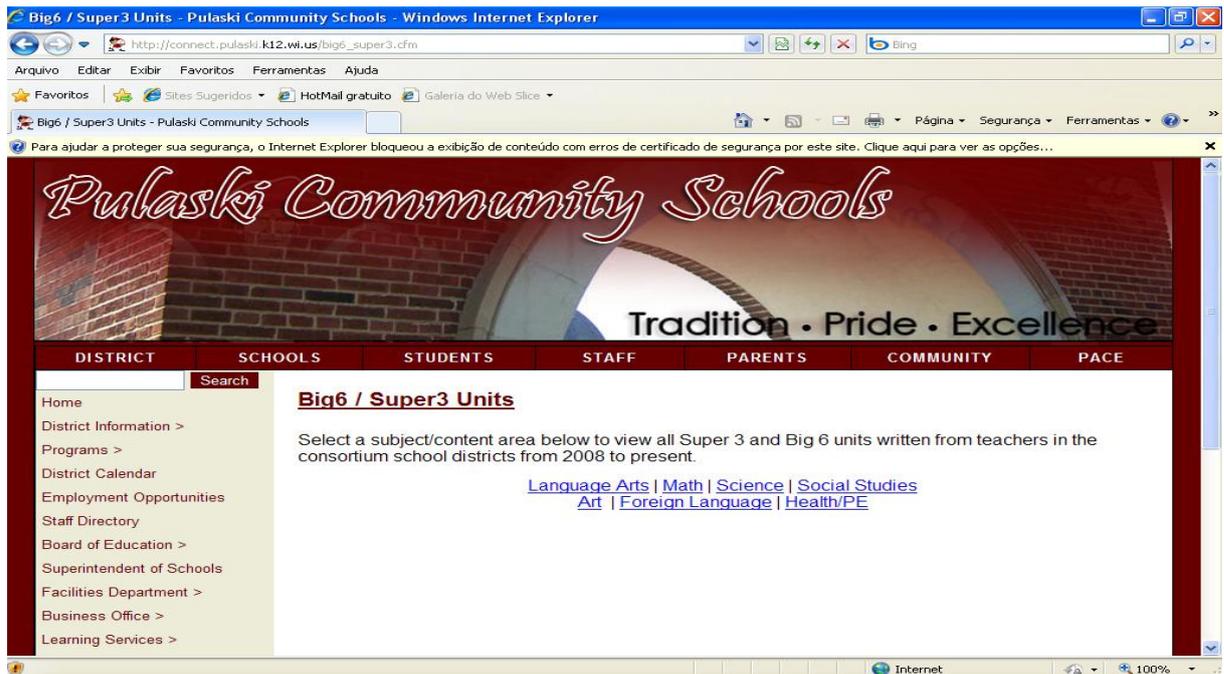


FIGURA 3 – Aplicação do modelo *The Big6* no currículo da *Pulaski Community Schools*
 Fonte: *Pulaski Community Schools*, 2011.

Na figura 3, é possível identificar que os professores da *Pulaski Community Schools* desenvolveram unidades de estudo baseadas no modelo *The Big6*. Os estudantes podem selecionar determinada área do conhecimento, a fim de resolver uma situação-problema. Ao selecionar a disciplina relativa aos estudos da sociedade, surgiu a seguinte página:

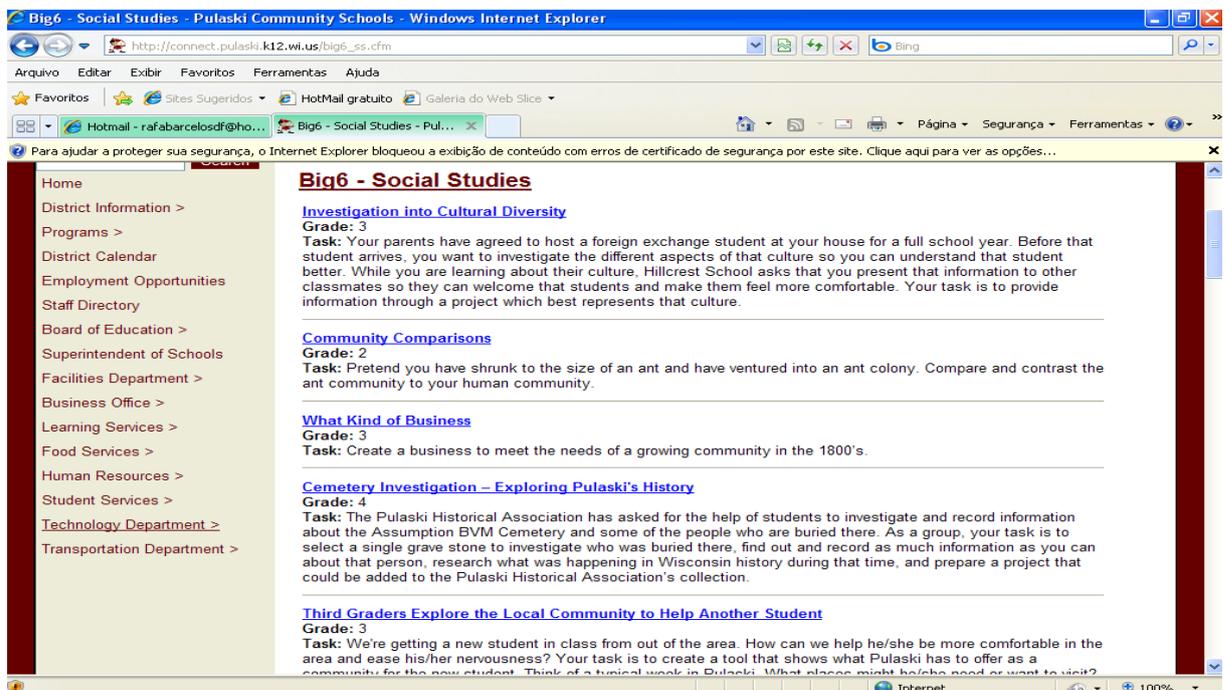


FIGURA 4 – Página da *Pulaski Community Schools* destinada aos estudos da sociedade
 Fonte: *Pulaski Community School*, 2011.

A figura 4 demonstra algumas lições para os alunos compreenderem a sociedade. A título de exemplificação, foi selecionada a seção destinada ao estudo comparativo das comunidades, *link 2*. No que se refere à tarefa, o estudante deveria imaginar que reduziu de tamanho, como forma de vivenciar as diferenças e semelhanças existentes entre a sociedade humana e a das formigas. Sendo assim, pode-se afirmar que a *Pulaski Community Schools* utilizou o modelo *The Big6* para o aprendizado ser uma atividade dinâmica e prazerosa.

Notou-se que o modelo *The Big6* é um recurso que propicia o desenvolvimento da competência informacional nas organizações. Os bibliotecários podem inserir e aperfeiçoar o modelo nas unidades informacionais, a fim de proporcionar a satisfação dos usuários na recuperação das informações relevantes para determinada situação.

No *site* (<http://www.big6.com/>), é possível acompanhar todas as informações sobre o modelo, como: artigos, apresentações, experiências, estratégias de implementação, etc.

4.2 The Seven Pillars

Em 1999, o grupo de pesquisadores em competência informacional da *Society of College, National and University Libraries (SCONUL)* apresentou o modelo *Seven Pillars*. A *SCONUL* é uma associação que envolve as principais instituições de ensino superior do Reino Unido e da Irlanda, bem como as suas bibliotecas. Ela objetiva promover a qualidade nos serviços prestados pelas bibliotecas da região.

O modelo *Seven Pillars* é formado por um conjunto de sete habilidades, a fim de possibilitar o desenvolvimento da competência informacional nos indivíduos. A figura 5 representa as particularidades do modelo:

SCONUL Seven Pillars Model for Information Literacy

© Society of College, National and University Libraries

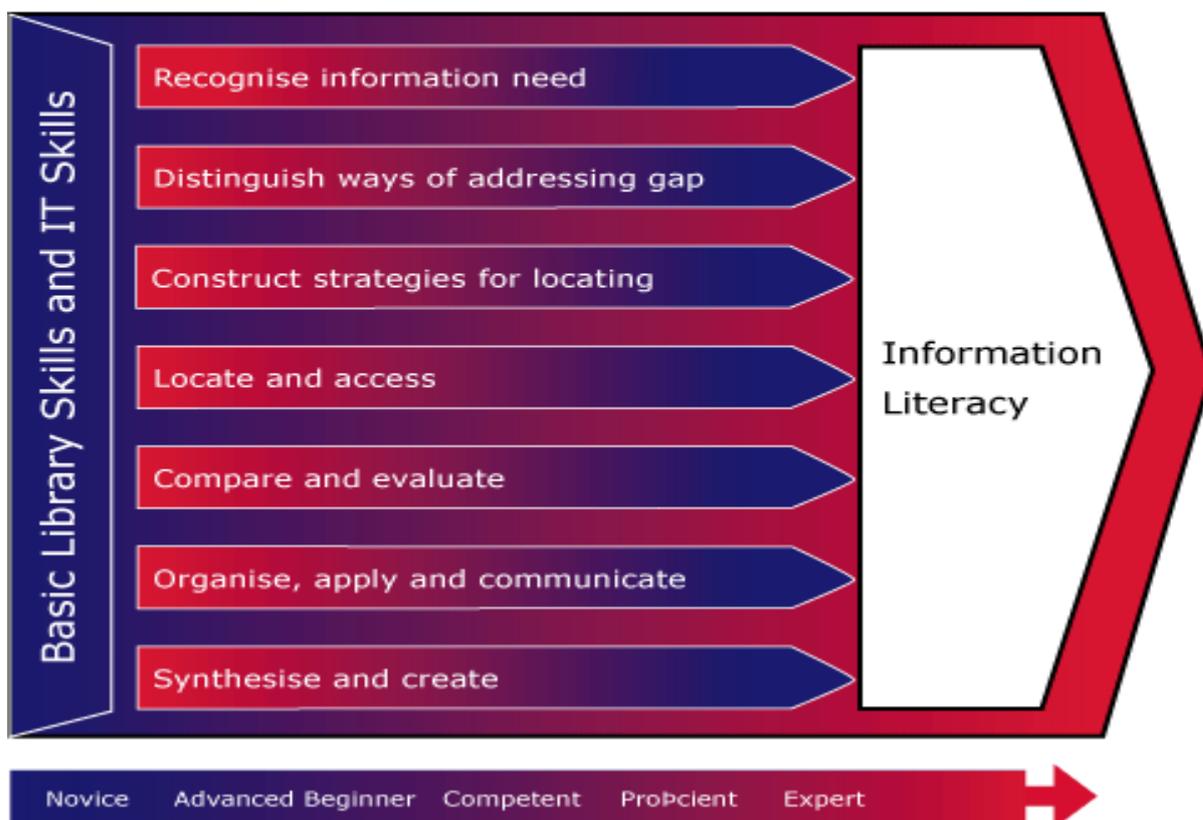


FIGURA 5 – Modelo *Seven Pillars*

Fonte: SCONUL, 1999.

A partir da figura 5, é possível discorrer sobre as habilidades do modelo *Seven Pillars*:

1. Reconhecer a necessidade informacional

O reconhecimento da necessidade informacional é indispensável no processo de recuperação e uso da informação, pois envolve os fatores de motivação do usuário para solucionar determinada lacuna informacional.

2. Distinguir formas de preencher as lacunas

O preenchimento da lacuna informacional pode estar comprometido, caso os usuários não saibam utilizar os diferentes tipos de suportes informacionais e selecionar as fontes potenciais de informação. A compreensão dos problemas que afetam a recuperação eficiente e eficaz da informação auxilia os usuários na tomada de decisão.

3. Construir estratégias de localização

O conhecimento dos princípios de construção e funcionamento das bases de dados permite que o usuário desenvolva estratégias para localizar a informação. A necessidade informacional deve estar articulada com os recursos disponíveis.

4. Localizar e acessar

O desenvolvimento de técnicas de pesquisa adequadas, como o uso dos operadores *booleanos* (*OR*, *AND*, *NOT*), é pressuposto básico para a localização da informação.

Nesse contexto, as habilidades referentes ao uso das tecnologias da informação e comunicação potencializam a capacidade humana de buscar e recuperar a informação.

O ideal é utilizar os serviços de indexação e resumos, índices de citações e bases de dados apropriados.

5. Comparar e avaliar

O usuário deve verificar se as informações recuperadas correspondem à sua necessidade informacional. Ele precisa desenvolver o pensamento crítico e ter autonomia nas suas decisões.

6. Organizar, aplicar e comunicar

A agilidade na recuperação da informação depende da sua organização. Nesse sentido, a elaboração das referências bibliográficas permite a verificação das fontes consultadas.

No que se refere à aplicação da informação, o usuário deve utilizar as informações recuperadas para solucionar determinado problema.

A comunicação da informação envolve o conhecimento das questões referentes ao direito autoral, bem como, a utilização dos meios adequados.

7. Sintetizar e criar

A capacidade criativa do usuário possibilita a construção de novas ideias, a partir das informações assimiladas.

Além das habilidades, a figura 5 demonstra o contraste existente entre os usuários que possuem competências básicas e aqueles competentes em informação.

A progressão entre os níveis de habilidade é representada por uma seta, que tem a sua origem nos usuários principiantes e termina nos usuários especialistas em lidar com o ciclo informacional. Segundo as particularidades do modelo, os níveis básicos são representados pelos alunos de graduação e os níveis complexos correspondem aos alunos de pós-graduação.

É mister observar que a sustentação do modelo *Seven Pillars* está nas habilidades básicas relacionadas ao uso das bibliotecas e das tecnologias da informação. Conforme a análise histórica, a capacidade em utilizar os recursos das bibliotecas foi um assunto influente

nas matérias que versavam sobre a educação dos usuários. O uso dos recursos tecnológicos, por sua vez, marcou os estudos da década de 1980, quando o computador foi eleito a “máquina do ano”.

No entanto, em abril de 2011, o modelo *Seven Pillars* foi atualizado para acompanhar a dinamicidade e a complexidade do conceito de competência informacional. Ressalta-se que as habilidades básicas inerentes ao modelo inicial permanecem válidas. A figura 6 demonstra as modificações do modelo:

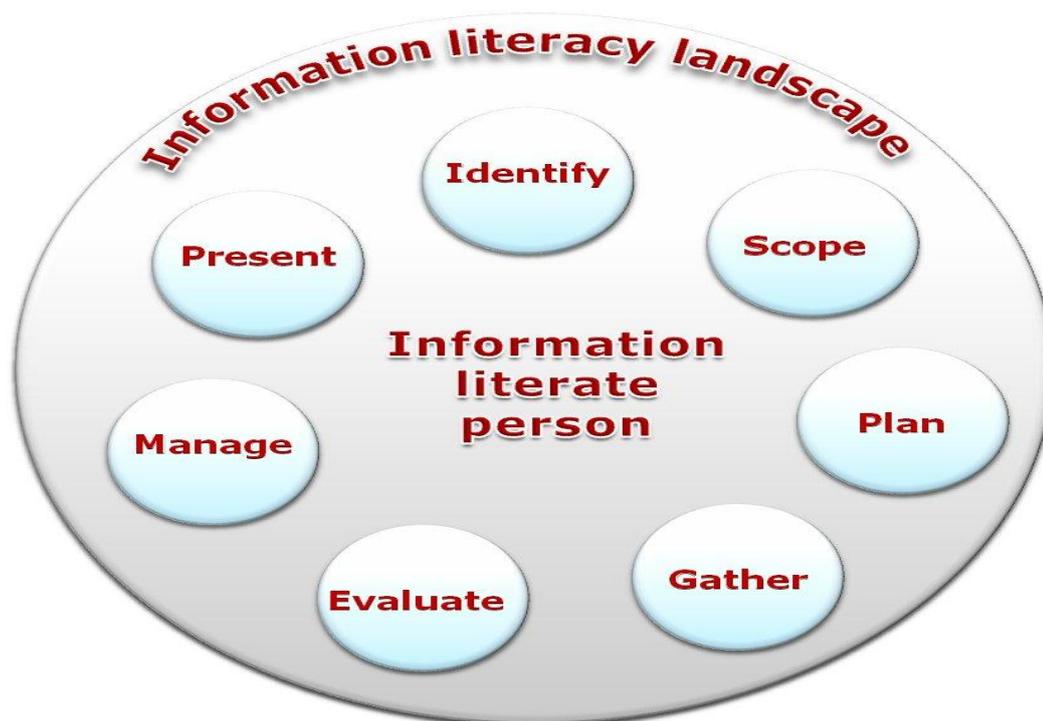


FIGURA 6 – Versão atualizada do modelo *Seven Pillars*
Fonte: *SCONUL*, 2011.

Conforme a figura 6, a versão atualizada do *Seven Pillars* envolve as seguintes habilidades ligadas à informação: reconhecer, localizar, planejar, reunir, avaliar, gerenciar e apresentar. A finalidade de cada habilidade não se distancia do modelo original. A principal diferença está na forma circular do modelo, pois demonstra que o processo de desenvolvimento da competência informacional é contínuo e não-linear. O indivíduo competente em informação está localizado no centro do círculo, a fim de verificar a relação existente entre as suas experiências pessoais e o desenvolvimento de cada habilidade.

O atual modelo mostra que a recuperação e o uso da informação dependem da combinação simultânea das sete habilidades, além do contexto cultural que o indivíduo está inserido. A figura 7 representa a nova estrutura dos sete pilares:



FIGURA 7 – Nova estrutura dos sete pilares

Fonte: *SCONUL*, 2011.

De acordo com a figura 7 e com as propostas do novo modelo, os pilares são formados por uma combinação entre habilidades, competências, atitudes e conhecimentos. O indivíduo competente em informação está localizado no topo de cada pilar.

Dentre as vantagens do atual modelo, destaca-se a sua flexibilidade. Sendo assim, é possível adaptá-lo em diferentes contextos sociais.

Devido à dedicação dos bibliotecários e professores, o *Seven Pillars* é utilizado em diferentes países do globo. Para maiores informações sobre o modelo, acesse o *site*: (http://www.sconul.ac.uk/groups/information_literacy/sp/).

4.3 O modelo de Kuhlthau

A origem do modelo de Kuhlthau, também conhecido como *ISP (Information Search Process)*, está nos seus estudos relativos ao processo de busca da informação. Como foco de pesquisa, investigou os alunos de graduação na elaboração do trabalho final de curso e, posteriormente, aperfeiçoou o modelo a partir da análise de diferentes tipos de usuários.

Apresentado em 1991, o modelo é composto por seis etapas, que pretendem refletir o processo de busca da informação. Verificou-se que cada etapa está relacionada com as três dimensões da experiência: cognitiva (pensamentos), afetiva (sentimentos) e física (ações).

As peculiaridades das etapas do modelo de Kuhlthau serão apresentadas a seguir:

Primeira etapa: tarefa inicial

A tarefa inicial envolve a preparação para selecionar determinado assunto de pesquisa. O pensamento do aluno está voltado para os seguintes fatores: compreensão da tarefa; consideração dos possíveis tópicos de estudo e o relacionamento entre o seu conhecimento prévio e a tarefa em questão. Os sentimentos de apreensão e incerteza são comuns na primeira etapa. Sendo assim, duas atividades se destacam: a visita à biblioteca e a conversa entre os alunos.

Segunda etapa: seleção do assunto

Na segunda etapa, o aluno deve decidir o tema de pesquisa. O seu pensamento está relacionado com os critérios de interesse pessoal, como a escolha de um tema com potencial de sucesso e a facilidade no acesso das informações disponíveis. Os sentimentos de confusão, breve euforia e, às vezes, de ansiedade são predominantes. Como resposta, os alunos elaboram uma pesquisa preliminar na biblioteca, tendo por base as obras de referência.

Terceira etapa: enfoque exploratório

A tarefa da terceira etapa é investigar as informações disponíveis, a fim de possibilitar ao aluno a definição do foco de sua pesquisa. O pensamento está ligado aos seguintes aspectos: adquirir conhecimentos gerais sobre determinado assunto; identificar as diferentes vertentes do tema e as dificuldades de definir, com precisão, a necessidade informacional. Os sentimentos existentes na terceira etapa são de confusão, dúvida e incerteza. Os alunos aprendem a elaborar as citações bibliográficas; pesquisam por informações relevantes e intensificam a atividade de leitura.

Quarta etapa: elaboração

A partir das informações localizadas, o aluno precisa formular um determinado enfoque. Nesse sentido, a quarta etapa pode ser caracterizada por um momento de súbita introspecção, pois envolve a análise dos resultados a serem alcançados com os critérios escolhidos. Os sentimentos de otimismo e de confiança estão presentes na execução da tarefa. Como prática, os alunos avaliam as informações recuperadas.

Quinta etapa: reunião das informações

A tarefa da quinta etapa está ligada à reunião das informações relevantes para sustentar o enfoque escolhido. O pensamento do aluno perpassa pelos seguintes fatores: organizar as informações, através de anotações; definir a natureza e a extensão do enfoque e reunir as informações pertinentes. A consciência em relação ao trabalho a ser feito é acompanhada por

sentimentos de confiança e interesse. No que concerne à ação, os alunos solicitam a ajuda do bibliotecário para localizar as fontes específicas, além de citarem os autores consultados.

Sexta etapa: Finalização da pesquisa

O aluno deve concluir a pesquisa. O seu pensamento envolve os seguintes aspectos: identificar a necessidade de qualquer informação adicional; considerar o prazo limite de entrega; utilizar, de maneira exaustiva, os recursos disponíveis e verificar o aumento da redundância, assim como a diminuição da relevância. Na última etapa, os sentimentos estão intimamente relacionados com os resultados alcançados. A conclusão da pesquisa proporciona os sentimentos de alívio e satisfação. Entretanto, o insucesso na realização das atividades ocasiona o sentimento de frustração. Como ação, os alunos revisam todas as informações abordadas, a fim de possibilitar as possíveis correções.

A figura 8 sintetiza o modelo de busca da informação, elaborado por Kuhlthau:

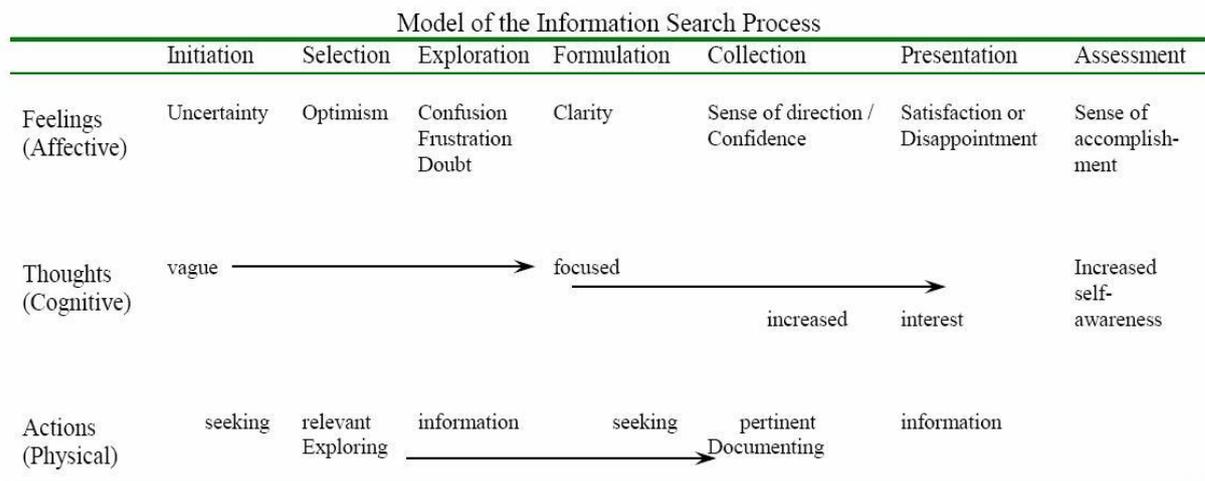


FIGURA 8 – Modelo de Kuhlthau sobre o processo de busca da informação
Fonte: Kuhlthau, 2004, p. 82.

De acordo com a figura 8, Kuhlthau demonstrou que a incerteza é um fenômeno natural e está presente nas primeiras etapas do processo de busca da informação. Nesse sentido, o usuário busca construir significados à medida que assimila novas informações em cada etapa do modelo. Nas fases iniciais, os intermediários possuem um papel fundamental na redução das incertezas. No entanto, o usuário deve agir com autonomia nas demais fases do processo.

Pode-se afirmar que o modelo de Kuhlthau apresenta uma visão holística do processo de busca da informação, tendo como referência as experiências do usuário. O modelo é fortemente influenciado pela teoria construtivista de Kelly (1963) e pelo conceito de zona de desenvolvimento proximal de Vygotsky (1978).

Em relação à influência da teoria construtivista de Kelly (1963), o modelo demonstra que o foco deve estar no aprendizado do usuário em cada etapa do processo.

No que concerne ao conceito de zona de desenvolvimento proximal de Vygotsky (1978), o modelo considera que nas etapas iniciais, o usuário necessita da ajuda de intermediários para reduzir o seu grau de incerteza e, posteriormente, ele tem a capacidade de aprender sozinho. No sistema de ensino, os intermediários podem ser representados pelos bibliotecários e professores.

Apesar de possuir elementos lineares, o modelo de Kuhlthau não descarta a possibilidade de voltar às etapas iniciais nem de desistir do processo de busca da informação.

A eficácia do modelo de Kuhlthau depende do contexto de aplicação. Segundo Crespo e Caregnato (2003, p. 256), o processo de comunicação científica não possui a mesma linearidade que está presente na elaboração dos trabalhos de graduação. Sendo assim, concluíram que o modelo não é o mais adequado no âmbito da comunicação científica.

Em virtude dos objetivos estabelecidos pelas instituições, é possível identificar a presença de outros modelos de competência informacional. São eles: *5As*, *Dialogue*, *Flip IT*, *InfoZone*, *Irving's Study of Information Skills*, *Noodle Tools: Building Blocks of Research*, *Pre-Search Process*, *REACTS*, *Research Assistant*, *Research Process Helper*, *WebQuest*, *8Ws*, *I-Search*, *Pathways to Knowledge*, *Research Cycle*, *The Alberta Model*, *Research Steps to Success*, *3 Doors*, dentre outros.

No próximo capítulo, serão apresentadas as considerações finais e as perspectivas do tema para a sociedade da informação.

CAPÍTULO 5

Considerações finais e perspectivas para a sociedade da informação

A análise histórica do movimento da competência informacional permitiu a sua compreensão na atualidade. Verificou-se que a literatura recente contempla as três concepções de competência informacional apresentadas por Dudziak: informacional, cognitiva e da inteligência. O ideal é garantir aos indivíduos o desenvolvimento, gradual, dos três níveis para que possam participar do processo de busca e uso da informação.

No contexto da sociedade da informação, é imprescindível a obtenção das habilidades ligadas ao uso dos recursos tecnológicos, além dos conhecimentos e atitudes que envolvem o uso adequado das informações disponíveis.

Apesar das dificuldades de tradução e definição do movimento conhecido como *information literacy*, observou-se a sua importância na formação de cidadãos conscientes em relação ao papel que desempenham na sociedade. Nesse prisma, a filosofia do conceito de competência informacional é ampla e não deve se restringir à enumeração de meras habilidades ligadas ao ciclo informacional. É necessário que o tema esteja presente em qualquer contexto social, visto que o conhecimento é o fator primordial para o desenvolvimento pessoal e da nação.

O estudo relativo à sociedade da informação proporcionou o entendimento do ambiente de origem e transformação do conceito de competência informacional. Identificou-se que o movimento está intimamente relacionado com os setores da sociedade. Destaca-se a sua presença no setor educacional, visto que é impossível formar cidadãos críticos e que saibam aprender ao longo da vida com um ensino de péssima qualidade. É mister observar que o sistema educacional brasileiro carece de políticas e estratégias voltadas para a competência informacional, pois muitos alunos concluem os seus estudos e continuam vivendo à margem da comunidade em que vivem.

Diante desse cenário de constantes mudanças, os bibliotecários possuem a importante função de implementar e disseminar o conceito de competência informacional nas unidades informacionais em que atuam. Entretanto, devem buscar a atualização profissional mediante a educação continuada, pois não podem compartilhar e ensinar algo que desconhecem.

No que concerne aos modelos de competência informacional, eles podem ser classificados como lineares ou não lineares. A linearidade está relacionada com a rigidez no cumprimento das etapas estabelecidas. O usuário deve seguir uma única sequência no período

de tempo estipulado. A não linearidade é marcada pela flexibilidade no cumprimento das etapas de determinado modelo. O usuário percorre um caminho cíclico, pois não é descartada a hipótese de voltar à determinada etapa para compreender melhor todo o processo.

A partir da análise dos seguintes modelos de competência informacional: *The Big6*TM, *The Seven Pillars* e o de Kuhlthau, pode-se inferir que são modelos não lineares. Ressalta-se que o modelo de Kuhlthau sobre o processo de busca e uso da informação possui características lineares, mas não é ignorada a possibilidade de voltar às etapas iniciais nem de desistir do processo.

Verificou-se que todo modelo deve estar de acordo com os objetivos estabelecidos pelas instituições. Sendo assim, não existe um modelo de competência informacional ideal, mas, sim, aquele compatível com determinado ambiente.

Apesar dos modelos analisados não representarem a complexidade e dinamicidade do conceito de competência informacional, eles podem permitir o seu desenvolvimento. Conforme demonstrado anteriormente, o movimento da competência informacional não está restrito ao desenvolvimento de seis ou sete habilidades ligadas ao ciclo informacional, visto que envolve conhecimentos, habilidades e atitudes de diferentes naturezas.

Os dados apresentados e as análises realizadas buscaram sistematizar, principalmente, as principais tendências da competência informacional para a sociedade da informação. Observou-se que os estudos realizados sobre a temática são incipientes, e conseqüentemente, devem ser devidamente explorados e aprofundados. Como resultado, as vertentes do tema identificadas na análise histórica, estarão presentes nos trabalhos futuros. É possível destacar as seguintes abordagens do movimento para a sociedade da informação:

- aplicação dos recursos informacionais e tecnológicos no ambiente de trabalho;
- ampliação das habilidades ligadas ao ciclo informacional;
- emancipação política e garantia do exercício pleno da cidadania;
- utilização das tecnologias da informação e comunicação, como forma de propiciar o desenvolvimento da competência informacional;
- implementação do tema nos ambientes educacionais, incluindo as propostas de reforma curricular;
- participação ativa do sujeito na sociedade, independentemente do seu papel social: estudante, usuário, paciente, cliente, etc.;
- compreensão do indivíduo segundo as dimensões cognitivas, afetivas e situacionais;

- atuação dos profissionais diante do movimento, principalmente o papel dos profissionais da informação;
- investigação das questões referentes às variações terminológicas.
- criação e atualização dos modelos de competência informacional;
- relação entre a competência informacional e a gestão do conhecimento.

Em virtude dos argumentos apresentados, percebe-se que a presença da competência informacional é essencial para a resolução dos problemas sociais atuais.

REFERÊNCIAS

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **Report of the Presidential Committee on information literacy: Final Report**. Chicago, 1989. Disponível em: <<http://www.ala.org/acrl/nili/ilit1st.html>>. Acesso em: 15 mar. 2011.

ANGELUCI, Alan César Belo; SANCHES, Giovana; REDONDO, Léo Vitor Alves. Oficina de construção de conhecimento sobre TV digital: uma experiência de mapeamento da competência em informação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 64-72, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.febab.org.br/rbbd/ojs-2.1.1/index.php/rbbd/article/view/123/136>>. Acesso em: 26 jul. 2011.

APPOLINÁRIO, Fabio. **Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

AZEVEDO, Alexander Willian. **Formação e a competência informacional do bibliotecário-médico brasileiro**. 2009. 106 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)- Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2009.

BEHRENS, S. J. A conceptual analysis and historical overview of information literacy. **College & Research Libraries**, v. 55, n. 4, p. 309-323, 1994.

BELLUZZO, Regina Célia Baptista. A information literacy como competência necessária à fluência científica e tecnológica na sociedade da informação: uma questão de educação. In: SIMPÓSIO DE ENGENHARIA DA PRODUÇÃO DA UNESP, 8., 2001, Bauru. **Anais eletrônicos...** Bauru: UNESP, 2001. Disponível em: <http://www.simpep.feb.unesp.br/anais_simpep_aux.php?e=8>. Acesso em: 27 jun. 2011.

_____. Como desenvolver a Competência em Informação (CI): uma mediação integrada entre a biblioteca e a escola. **CRB-8 Digital**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 11-14, out. 2008. Disponível em: <<http://revista.crb8.org.br/index.php/crb8digital/article/viewFile/25/25>>. Acesso em: 14 set. 2011.

_____. Competências na era digital: desafios tangíveis para bibliotecários e educadores. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v. 6, n. 2, p. 30-50, 2005. Disponível em: <<http://www.fe.unicamp.br/revista/index.php/etd/article/view/1655/1501>>. Acesso em: 01 ago. 2011.

_____. Formação contínua de professores do ensino fundamental sob a ótica do desenvolvimento da information literacy, competência indispensável ao acesso à informação e geração do conhecimento. **TransInformação**, Campinas, v. 16, n. 1, p. 17-32, jan./abr. 2004. Disponível em: <<http://revistas.puc-campinas.edu.br/transinfo/viewissue.php?id=6>>. Acesso em: 01 set. 2011.

_____. O uso de mapas conceituais e mentais como tecnologia de apoio à gestão da informação e da comunicação: uma área interdisciplinar da competência em informação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 78-89, dez. 2006. Disponível em: <<http://www.febab.org.br/rbbd/ojs-2.1.1/index.php/rbbd/article/viewFile/19/7>>. Acesso em: 12 ago. 2011.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Sociedade da informação no Brasil**: Livro Verde. Brasília, 2000.

CAMPELLO, Bernadete. A escolarização da competência informacional. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v. 2, n. 2, p. 63-77, dez. 2006. Disponível em: <<http://www.febab.org.br/rbbd/ojs-2.1.1/index.php/rbbd/article/viewFile/18/6>>. Acesso em: 14 ago. 2011.

_____. **Letramento informacional**: função educativa do bibliotecário na escola. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

_____. **Letramento informacional no Brasil**: práticas educativas de bibliotecários em escolas de ensino básico. 2009. 208 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)- Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

_____. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 28-37, set./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v32n3/19021.pdf>>. Acesso em: 12 mai. 2011.

_____; ABREU, Vera Lúcia Furst Gonçalves. Competência informacional e formação do bibliotecário. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, p. 178-198, jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/viewFile/2/150>>. Acesso: 29 jul. 2011.

CAREGNATO, Sônia Elisa. O desenvolvimento de habilidades informacionais: o papel das bibliotecas universitárias no contexto da informação digital em rede. **Revista de Biblioteconomia & Comunicação**, Porto Alegre, v. 8, p. 47-55, jan./dez. 2000. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/bitstream/10760/11663/1/artigoRBC.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2011.

CAVALCANTE, Lídia Eugenia. Políticas de formação para a competência informacional: o papel das universidades. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**: São Paulo, v. 2, n. 2, p. 47-62, dez. 2006. Disponível em: <<http://www.febab.org.br/rbbd/ojs-2.1.1/index.php/rbbd/article/view/17/5>>. Acesso em: 26 jul. 2011.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. 5 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração nos novos tempos**. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

COELHO, Marlene Morbeck. **Competência informacional no ambiente de trabalho**: percepção do bibliotecário de órgão público. 2008. 238 f. Dissertação (mestrado em Ciência da Informação)- Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

COSCARELLI, Carla Viana. Alfabetização e letramento digital. In: COSCARELLI, Carla Viana; RIBEIRO, Ana Elisa (coord.). **Letramento digital**: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

CRESPO, Isabel Merlo; CAREGNATO, Sônia Elisa. Comportamento de busca de informação: uma comparação de dois modelos. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 271-281, jul./dez. 2003. Disponível em: <www6.ufrgs.br/emquestao/pdf_2003_v9_n2/EmQuestaoV9_N2_2003_art02.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2011.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia R. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

DIAS, Isabel de Meiroz; REINHARD, Nicolau. Governo eletrônico e a sociedade da informação. In: POLIZELLI, Demerval L.; OZAKI, Adalton M. (org.). **Sociedade da informação**: os desafios da era da colaboração e da gestão do conhecimento. São Paulo: Saraiva, 2008.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. **A Information Literacy e o papel educacional das bibliotecas**. 2001. 173 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação)- Escola de Comunicações e Artes, USP, São Paulo, 2001.

_____. Competência em informação: melhores práticas educacionais voltadas para a *information literacy*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO., 21, 2005, Curitiba. **Anais...** Curitiba: FEBAB, 2005. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/bitstream/10760/6876/1/166_DUDZIAK_CBBD_2005b.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2011.

_____. Information literacy: princípios, filosofia e prática. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 23-35, jan./abr. 2003. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/123/104>>. Acesso em: 10 ago. 2011.

_____. *Information literacy education*: integração pedagógica entre bibliotecários e docentes visando a competência em informação e o aprendizado ao longo da vida. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 12., 2002, Recife. **Anais...** Recife: UFPB, 2002. Disponível em: <<http://www.sibi.ufrj.br/snbu/snbu2002/oralpdf/47.a.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2011.

_____. *Information literacy* uma revolução silenciosa: diferentes concepções para a competência em informação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 20., 2002, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2002. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/bitstream/10760/3798/1/CBBD2002DUDZIAK.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2011.

_____. O bibliotecário como agente de transformação em uma sociedade complexa: integração entre ciência, tecnologia, desenvolvimento e inclusão social. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 88-98, jun. 2007. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/1396/878>>. Acesso em: 16 ago. 2011.

_____. Os faróis da sociedade de informação: uma análise crítica sobre a situação da competência em informação no Brasil. **Informação e Sociedade**, João Pessoa, v. 18, n. 2, p. 41-53, maio./ago. 2008. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/1704/2109>>. Acesso em: 30 ago. 2011.

EISENBERG, Mike; BERKOWITZ, Bob. The Big6 Model. Disponível em: <<http://www.big6.com/>>. Acesso em: 20 nov. 2011.

EVANGELISTA, Rosana et al. Competência informacional e medicina baseada em evidências. **TransInformação**, Campinas, v. 20, n. 1, p. 73-81, jan./abr. 2008. Disponível em: <<http://revistas.puc-campinas.edu.br/transinfo/viewissue.php?id=18>>. Acesso em: 03 set. 2011.

FARIAS, Christianne Martins; VITORINO, Elizete Vieira. Competência informacional e dimensões da competência do bibliotecário no contexto escolar. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 14, n. 2, p. 2-16, maio/ago. 2009. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/viewFile/699/575>>. Acesso em: 30 jul. 2011.

GARCIA, Rodrigo Moreira. Governo eletrônico, informação e competência em informação. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 16, n. 2, p. 79-87, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/624/1478>>. Acesso em: 26 ago. 2011.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. **O pensamento reflexivo na busca e no uso da informação na comunicação científica**. 2008. 242 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)-Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

_____. **Profissionais da informação e as competências necessárias a atuação profissional no século XXI**. Disponível em: <<http://kelleycristinegasque.blogspot.com/>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

_____; TESCAROLO, Ricardo. Desafios para implementar o letramento informacional na educação básica. **Educação em Revista**, v. 26, n. 1, p. 41-56, abr. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edur/v26n1/03.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2011.

HATSCHBACH, Maria Helena de Lima. **Information Literacy**: aspectos conceituais e iniciativas em ambiente digital para o estudante de nível superior. 2002. 108 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)- Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Escola de Economia/ Ministério da Ciência e Tecnologia/ Instituto Brasileiro em Informação, Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2002.

_____; OLINTO, Gilda. Competência em informação: caminhos percorridos e novas trilhas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 20-34, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://www.febab.org.br/rbbd/ojs-2.1.1/index.php/rbbd/article/view/64/78>>. Acesso em: 01 set. 2011.

KELLY, G. A. **A theory of personality**: the psychology of personal constructs. New York: Norton, 1963.

KUHLTHAU, C. C. Model of the Information Search Process. Disponível em: <http://comminfo.rutgers.edu/~kuhlthau/information_search_process.htm>. Acesso em 23 nov. 2011.

KUHLTHAU, C. C. **Seeking meaning**: a process approach to library and information services. 2 ed. Westport: Libraries Unlimited, 2004.

LINS, Greyciane Souza. **Inclusão do tema competência informacional e os aspectos tecnológicos relacionados, nos currículos de Biblioteconomia e Ciência da Informação**. 2007. 101 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)-Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MARTINS, Taliana da Silva; LUCAS, Elaine Rosangela de Oliveira. Os programas de inclusão digital do Governo Federal sob a óptica da competência informacional. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 82-99, mar. 2009. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/293/196>>. Acesso em: 05 ago. 2011.

MILANESI, Luís. **Biblioteca**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

MIRANDA, Silvânia Vieira. Identificando competências informacionais. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 112-122, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n2/a12v33n2.pdf>>. Acesso em: 06 jun. 2011.

_____. **Identificação de necessidades de informação e sua relação com competências informacionais**: o caso da supervisão indireta de instituições financeiras no Brasil. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)- Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MOTA, Francisca Rosaline Leite. Prontuário eletrônico do paciente e o processo de competência informacional. **Revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, n. 22, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/277/364>>. Acesso em: 27 ago. 2011.

PEREIRA, João Thomaz. Educação e sociedade da informação. In: COSCARELLI, Carla; RIBEIRO, Ana Elisa (coord.). **Letramento digital**: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PULASKI COMMUNITY SCHOOLS. Disponível em: <<http://connect.pulaski.k12.wi.us/index.cfm>>. Acesso em: 22 nov. 2011.

ROCHA, Maria Meriane Vieira. **Competência Informacional**: gestão da informação no contexto dos docentes do curso de Medicina da Faculdade de Ciências Médicas da Paraíba –

PB. Dissertação (mestrado em Ciência da Informação)- Curso de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

SEVEN PILLARS. SCONUL. Society of College, National and University Libraries. Disponível em: <http://www.sconul.ac.uk/activities/inf_lit/sp/model.html>. Acesso em 24 nov. 2011.

SILVA, Helena et al. Inclusão digital e educação para a competência informacional: uma questão de ética e cidadania. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 34, n. 1, p. 28-36, jan./abr. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v34n1/a04v34n1.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2011.

SPITZER, Kathleen L.; EISENBERG, Michael B.; LOWE, Carrie A. **Information literacy: essential skills for the information age**. New York: Syracuse University, Clearinghouse on Information & Technology, 1998.

SPUDEIT, Daniela Fernanda Assis de Oliveira; VIAPIANA, Noeli; VITORINO, Elizete. Bibliotecário e Educação a Distância (EaD): mediando os instrumentos do conhecimento. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 54-70, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://revista.acbsc.org.br/index.php/racb/article/view/695/pdf_18>. Acesso em: 04 ago. 2011.

SUAIDEN, Emir José; OLIVEIRA, Cecília Leite. A ciência da informação e um novo modelo educacional: Escola Digital Integrada. In: MIRANDA, Antonio; SIMEÃO, Elmira (org.). **Alfabetização digital e acesso ao conhecimento**. Brasília: UnB, 2006.

VARELA, AIDA Varela. A explosão informacional e a mediação na construção do conhecimento. In: MIRANDA, Antonio; SIMEÃO, Elmira (org.). **Alfabetização digital e acesso ao conhecimento**. Brasília: Universidade de Brasília, 2006.

VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. **Historia geral e do Brasil**. São Paulo: Scipione, 2010.

VITORINO, Elizete Vieira. A perspectiva da competência informacional na Educação a Distância (EaD). **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 19, n. 2, p. 37-44, maio/ago. 2009. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/1834/3023>>. Acesso em: 01 jun. 2011.

_____; PIANTOLA, Daniela. Competência informacional – bases históricas e conceituais: construindo significados. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 38, n. 3, p. 130-141, set./dez. 2009. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/1745/1343>>. Acesso em: 08 jun. 2011.

VYGOTSKY, L. **Mind in society: the development of higher psychological processes**. Cambridge: Harvard University Press, 1978.